

## **AUDIÊNCIA PÚBLICA – GÁS CANALIZADO – 15/09/2003**

**APRESENTAÇÃO:** Estamos dando início à Audiência Pública nº 003, de 2003, da Comissão de Serviços Públicos de Energia. Está compondo a mesa nos termos do regulamento da Audiência Pública os comissários Aderbal Penteado e Moacir Trindade. Eu convido para secretariar os trabalhos a Sra. Maria Mercedes Marques Medina dos Santos. Eu queria agradecer a presença de todos e dentro desta apresentação eu queria colocar na abertura dos próprios trabalhos por parte da CSPE, para que possamos situar o público sobre o andamento do processo de revisão tarifária e as principais etapas sobre a proposta aqui em discussão. A seguir, será dada pela ordem de inscrição prioridade às 31 (trinta e uma) pessoas que estão representado as empresas que se inscreveram até o meio-dia de ontem, conforme estabelecido no Edital de Convocação desta Audiência Pública. A seguir, havendo tempo, nós deveremos estender a palavra e as contribuições para outros inscritos, que se inscreveram diretamente na Audiência Pública e se possível, até a interessados que não se inscreveram até o momento. Este dimensionamento de tempo levará em conta a disponibilidade de uso do auditório e do período aqui reservado para a Audiência Pública. Pretendemos fazer esta abertura em 30 (trinta) minutos e a seguir os interessados, pelo número de contribuições, poderão ter 5 (cinco) minutos para as suas apresentações. As três primeiras, já entendendo o papel fundamental das Concessionárias, estamos previamente estendendo este prazo para 10 minutos. Então as 03 (três) Concessionárias perfomarão estes 30 (trinta) minutos que a comissão fará na sua apresentação. A seguir, teremos os inscritos com tempo para cada um e a critério da mesa ele poderá ser eventualmente estendido. Todas as contribuições deverão ser protocoladas hoje, que é o prazo final. Estas contribuições referem-se à metodologia da revisão tarifária das três Concessionárias e também para o cálculo do custo médio ponderado de capital da Comgás. Estas contribuições serão entregues aqui na Audiência Pública. Evidentemente, que a simples apresentação já é uma contribuição. Se houver algum material adicional ou outros membros aqui do público que quiserem disponibilizar e registrar algum material adicional de contribuição para a

Audiência Pública, está aberto hoje que é o prazo final para este tipo de contribuição. Em função do número muito grande de contribuições que temos aqui registrado, até o final da Audiência Pública nós daremos um aviso quanto a eventual dilatação do prazo para a formalização da metodologia e do WACC por parte da CSPE. Este número sendo muito grande, talvez não tenhamos tempo de processar tudo até o dia 30 de setembro e editar a metodologia final, respondendo todos os questionamentos. Isso será avisado no final da Audiência Pública, caso ocorra algum deslizamento nesse programa pré-estabelecido. Isto será avisado a todos e publicado em Portaria da CSPE, ajustando este prazo. A idéia é que se isso ocorrer, será uma questão pontual mantendo-se todos os demais prazos previstos na revisão tarifária. Eu vou dar início à apresentação da CSPE, situando o público em geral sobre o que está em debate aqui nesta Audiência Pública. A Revisão Tarifária está prevista no Contrato de Concessão e o objetivo é uma oportunidade para a determinação de tarifas apropriadas justas para os usuários e para as Concessionárias que operam com eficiência. Será estabelecida no Plano de Negócios da Concessionária e serão verificados os indicadores de qualidade exigidos. Trata-se um processo transparente e com ampla discussão pública. Temos sido freqüentemente questionados se todas as revisões tarifárias são iguais, do setor elétrico e do setor de gás canalizado. Elas têm uma mesma base, que é a da avaliação dos custos eficientes das Concessionárias. No entanto, existem algumas características do setor de gás que fazem com que a revisão tarifária seja um pouco diferente, como no caso do gás canalizado e do setor elétrico. Por exemplo, no caso do gás temos um mercado em desenvolvimento. Portanto, concorre com outros energéticos. No caso da energia elétrica, o mercado é maduro e cativo e o serviço é precedido como essencial pelos usuários. No caso do gás, nós temos uma metodologia da CSPE que é um termo de ajuste da receita máxima  $k$ , o que não é aplicado na energia elétrica. Entre as revisões tarifárias, caso as projeções não estejam sendo exatamente de acordo com a proposta, existe a possibilidade de revisão destas margens estabelecidas na própria revisão. No caso do gás, também está sendo simultaneamente realizada a adequação da estrutura tarifária. No caso da energia elétrica não foi aplicada de forma simultânea e deverá em breve ser aplicada. A revisão tarifária do gás contempla diretamente uma reestruturação prevista no Contrato de Concessão. No caso do gás também é usual a prática de descontos tarifários, o que não

ocorre de forma generalizada no caso de energia elétrica. Também há a necessidade do incentivo-expansão. Fortemente na revisão, se considera o plano de negócios da Concessionária, que contempla investimentos para os próximos 10 (dez) anos, fazendo-se um corte em 05 (cinco) anos para efeito específico da revisão. Também é feita uma avaliação individualizada dos custos em investimentos. Não só adotará o conceito que foi utilizado em energia elétrica em empresa de referência, embora tenhamos que avaliar todos os custos das Concessionárias. Haverá uma Audiência Pública específica sobre a questão da estrutura tarifária. E mais, a metodologia constante referente à revisão tarifária de gás canalizado, corresponde ao Capítulo 13 de Concessão. É um detalhamento bastante elevado e bastante extenso, no qual as principais questões já estão abordadas no próprio contrato de concessão. Ao contrário da energia elétrica, as referências da revisão tarifária são bastante simples e compactas. Temos uma segurança de que em que boa parte as regras na revisão tarifária já são de pleno conhecimento público, estabelecidos através dos contratos de concessão. Infelizmente aqui não está dando uma boa leitura. Eu só vou situar que está aqui a revisão desse processo metodológico de revisão tarifária. A fase A, que é a definição da metodologia. Estamos aqui na Audiência Pública, que é um passo antes da metodologia. Já divulgamos as portarias, já convocamos a Audiência Pública e já apresentamos as notas técnicas que dão suporte à revisão tarifária hoje em análise. Temos o contexto institucional, onde fica bastante claro a competência do Estado, para regular, fiscalizar e controlar as empresas de distribuição de gás canalizado. Esta atribuição é desde a Constituição Federal, até os Decretos Estaduais e o próprio contrato de concessão que rege estas relações diretas do poder concedente com a Concessionárias. Entre as diretrizes permanentes da CSPE, como agência reguladora, estão coibir a discriminação, proteger o consumidor, garantir a modicidade das tarifas e assegurar à sociedade amplo acesso às informações. É nesse ambiente que estamos na Audiência Pública. No serviço de distribuição de gás canalizado, a Concessionária constrói e opera a rede que fornece gás aos usuários. A Concessionária é responsável pela qualidade dos serviços e confiabilidade de fornecimento de gás aos seus usuários. No Estado de São Paulo, são três Concessionárias e cada uma é responsável por uma área geográfica: Comgás, Gás Brasileiro e Gás Natural São Paulo Sul. Comgás, alienação de ações, houve de fato uma

privatização. Gás Brasileiro e Gás Natural São Paulo Sul são outorgas de concessão, são áreas onde não existiam qualquer desenvolvimento do gás canalizado. Dados gerais: as áreas de concessão da Comgás tem, população de 27 (vinte e sete) milhões de habitantes; 7 (sete) milhões da Gás Brasileiro, 2,8 milhões e oitocentos a Gás Natural. Tratam-se de áreas bastante heterogêneas em termos de extensão, mercado e distribuição de população. Isto é o que este slide apresenta. Isso se reflete também com base na história de cada Concessionária nos dados de mercado. Em julho de 2003 nós tínhamos as seguintes informações: no mercado residencial da Comgás, com cerca de 386 mil consumidores. Os mercados residenciais da Gás Brasileiro e Gás Natural são ainda insipientes. Da mesma forma, se reflete nos volumes. Os volumes totais da Comgás, 283 milhões m<sup>3</sup>/mês, contra 3,5 e 7,3 da Gás Brasileiro e Gás Natural, respectivamente. Isso dá uma idéia de que o estágio de maturidade também é diferente e isso dá uma idéia de que algumas adaptações na metodologia são necessárias para que contemplem as realidades de cada uma das empresas, uma vez que os mercados são bastante diferentes. O regime tarifário, de tarifas-teto, a metodologia da margem máxima, como vamos ver a seguir, as revisões tarifárias são quinqüenais. Podem existir revisões tarifárias extraordinárias tanto solicitadas pela Concessionária como também pelo poder concedente. Nas revisões tarifárias vige a manutenção de equilíbrio econômico-financeira dos contratos de concessão. Essa é a primeira revisão tarifária, que será completada ao final do primeiro ciclo tarifário de cinco anos da assinatura do contrato de concessão e determina as tarifas para o segundo ciclo, que é a primeira oportunidade de atuação da CSPE em termos de revisão tarifária. Abrangência: nível, estrutura e classes. Então, podemos nessa revisão, alterar os níveis tarifários da estrutura das tarifas e das classes tarifárias. Qual o objetivo? Refletir nas tarifas alterações de custo, capital, custo operacional, estrutura de mercado, investimentos em expansão de sistema, aumento de produtividade e alterações tecnológicas. Periodicidade: anual, no caso do reajuste. Na data de aniversário da concessão um reajuste na margem e um repasse no preço do gás, que pode ter outra periodicidade, mas com certeza anual. Sempre ocorrerá. Essa é a fórmula geral, nós não temos um modelo simplificado da parcela A e B. A nossa parcela A seria somente o custo do gás, o custo do suprimento. Teríamos o restante tudo agrupado. Está previsto, após determinar uma nova margem de

revisão tarifária, um ajuste anual da margem com base na inflação e no fator deficiência e adicionalmente um ajuste no fator K, que vai balizar o previsto e o ocorrido. Esse acompanhamento é permanente, sendo que a primeira vez que vai se ajustar o K é no início do quarto ano do segundo ciclo. Então, quando chegarmos no início do nono ano da concessão vai se aplicar pela primeira vez o K, que vai verificar se os valores previstos e as margens obtidas reais se assemelham ou não às margens projetadas para esse segundo período da concessão, segundo o quinquênio e aí se faz o ajuste dessa margem.. Depois ocorre um novo ajuste desse K no primeiro ano do terceiro ciclo e a partir daí anualmente e a partir do décimo primeiro ano da concessão se fará sempre o ajuste do projetado e o obtido. Nas duas primeiras vezes, como a gente deixa claro aqui, o ajuste pode reduzir ou elevar a margem máxima. Trata-se de um período onde o mercado tem um grau de incerteza elevado e que admitidos que projeções a mais ou a menos podem levar a algum erro no cálculo da margem. O fator K vai fazer esse ajuste para mais ou para menos. A partir do décimo primeiro ano da concessão, o ajuste será sempre para menos. Admite-se que o mercado estará com uma maturidade maior. Teremos um fator de eficiência X, que será aplicado nos próximos quatro anos subsequentes à revisão. Teremos um cálculo do  $P_0$ , valor inicial da margem máxima, que é o que se está discutindo hoje, se descobrir, se chegar a quanto uma concessionária deverá ter de margem para esse segundo ciclo anualmente. A rentabilidade apropriada sobre a base de arquivos levará em conta a razão dívida-capital próprio e o custo de oportunidade de capital. E, inicialmente, se fará uma avaliação do plano de negócios da Concessionária que dará base para todas essas determinações. Vamos falar um pouco sobre estes três itens: margem máxima, fator x e estrutura tarifária. A receita requerida que configura a margem máxima de volumes é constituída por custos operacionais, remuneração sobre o capital e remuneração do capital investido, ou seja, qual o valor que se pretende remunerar o capital e além disso, a questão da depreciação que é permanente sempre nas contas das Concessionárias. A Concessionária nos entrega o nosso plano de negócios. No caso da COMGÁS, nós já solicitamos no dia 22 de agosto as informações que serão complementadas após ser completamente definida a metodologia aqui em discussão. Mas esses dados do plano de negócios informam o valor da base de ativos da empresa; os seus planos de investimento físico e financeiro;

as suas receitas de custos operacionais, não operacionais e financeiras; as informações relativas a custos históricos e de gás canalizado distribuído, as projeções do volume de gás canalizado a ser distribuído e o custo médio ponderado de capital projetado. São informações básicas, para que a gente possa, analisando cada uma delas, confirmar a sua aplicação à metodologia proposta. Dentro dessa visão geral do processo, estamos aqui nesta Audiência Pública, após a apresentação da metodologia detalhada, ainda preliminar. A partir daqui, passamos por algumas etapas. Deveremos ter a metodologia definitiva com a confirmação do custo de capital, ao mesmo tempo estaremos com o cenário macro-econômico e setorial analisando a situação atual da concessão, a evolução do mercado e a questão da qualidade do serviço para se chegar finalmente a um fluxo de caixa detalhado. Não se assustem muito com o tamanho da encrenca, porque é só o começo (risos). Eu vou procurar explicar o conceito. As BRR são as bases de remuneração regulatória. Essa primeira aqui é na data da revisão tarifária, que seriam os ativos da Concessionária existente, já deduzindo essas depreciações, ocorridas no período de interização destes ativos. E deveremos confirmar quais são estes ativos de interesse, de serviço de fato, que constituirão essa base de remuneração regulatória na data inicial. Aqui está o conjunto de custos das Concessionárias a cada ano, dos próximos 05 (cinco) anos. Os custos operacionais, os custos de investimento de capital e outras despesas, principalmente financeiras. Observa-se que todas elas estão trazidas a valor presente para a data da revisão tarifária, de forma que este conjunto todo trazido a valor presente, inclusive os volumes projetados, performam a chamada receita requerida, dividido pelo volume a valor presente. Ou seja, quanto a Concessionária precisará arrecadar para que aquele cenário projetado venha a se realizar. Então, esse valor aqui é chamado margem máxima. É uma margem ainda bruta que ainda representará todo esse conjunto de custos da Concessionária existentes e projetados para os próximos 05 (cinco) anos. Esta é a explicação conceitual desta fórmula. Todos os custos precisam ser analisados cuidadosamente nos planos de negócio e para isso, eles serão desagregados por processo e atividade. Para que aqueles custos realmente adequados e prudentes, sejam considerados para a revisão tarifária. Essa é a idéia da análise dos valores das OPEXs. Da mesma forma, a remuneração sobre o capital investido, aparece naquela base bruta regulatória, a líquida já considerada a taxa de

depreciação e os ativos para a prestação de serviço que serão considerados para efeito da revisão. E será verificada a depreciação acumulada e isso checado, já que temos um plano de contas regulatório, que dá as bases da depreciação. A Concessionária apresenta a base de ativos existentes e diversos agrupamentos, para que possamos identificar corretamente todos os custos estabelecidos. Isso é uma solicitação que já foi enviada às Concessionárias e elas estão preparando estas informações. Nós analisaremos e determinaremos o que será necessário, o que será regulatoriamente aceitável para o cálculo do  $P_0$ . Passamos então para a estrutura de capital. Ela é calculada com base na fórmula do WACC (Weight Average Cost of Capital) que seria o custo médio ponderado do capital. Considera o capital próprio e o custo da dívida e faz uma correlação entre o que seria razoável entre o patrimônio líquido, ou seja, o capital próprio, e aquela parte dos recursos obtidos fora, custo da dívida. A metodologia utilizada é a do CAPM – Capital Accept Price Model – para a determinação dos parâmetros KD e KE, que são estes custos de dívida e de capital próprio. Eu peço desculpas à vocês, mas é realmente um pouco de “economês”, não temos como sair dessa armadilha. São métodos internacionalmente consagrados e utilizados em todas as revisões tarifárias que temos conhecimento. São de fato conceitos técnicos de economia que aplicamos para a revisão tarifária. No Fator X existem um conjunto de considerações já previstas no próprio contrato de concessão e que devem refletir o impacto da variação desses valores. Este fator no gás canalizado reflete fortemente a evolução da eficiência da Concessionária. Não agrega outros valores, como a satisfação do consumidor. É um fator razoavelmente puro, no sentido de refletir os ganhos de eficiência da Concessionária no próximo quinquênio, as modificações e ajustes na estrutura proposta nos valores tarifários em cada seguimento de classe. Uma vez firmado aquele valor do  $P_0$  de toda aquela fórmula, vamos ter um valor de margem bruta. Vai servir como uma média para os consumidores nos próximos cinco anos. A partir daquele valor, vai ser feita uma proposta de como alocar das margens, considerados os mercados dos planos de negócio e uma série de outras questões definidas na metodologia, na questão da discriminação dos consumidores. E esta estrutura, na sua média, deve refletir aquela margem máxima. Temos um valor bruto e ele será totalmente desagregado na formulação da estrutura tarifária. A estrutura

tarifária será proposta pela Concessionária, será submetida a uma Audiência Pública e após esta Audiência com a contribuição de todos da sociedade a CSPE analisará e fará uma nova proposta revisada daquela estrutura, que será submetida a uma nova Audiência Pública e após o encerramento dessa audiência pública é que será consagrada a nova estrutura tarifária para a empresa de gás. Então, é um processo longo que temos pela frente. (fim do lado A – fita 1)

...é possível alguns ajustes regulatórios na qualidade do serviço. Da mesma forma, os valores da receita extraconcessão. Essa é uma novidade prevista nos contratos de concessão. Estes contratos diziam de forma muito clara que a CSPE poderá incluir um programa de pesquisa e desenvolvimento e não será só isso, mas também treinamento e eficiência energética, segurança na construção, operação e manutenção no sistema de distribuição no uso do sistema de gás canalizado. Este recurso não estava estabelecido no início no contrato de concessão. Nós iremos disciplinar este ano por Portaria e os valores que estaremos colocando para custear estes programas será incluído na margem máxima, de acordo com a metodologia de revisão tarifária. Evidentemente que a disciplina de tudo isso se dará por Portaria. Existirá sempre um programa e os projetos fiscalizados pela CSPE, para ter a sua valoração incluída dentro da metodologia e dentro do previsto para a margem máxima. Da mesma forma, os serviços taxados e finalmente, o cronograma Comgás que corre em paralelo ao cronograma das três Concessionárias. Hoje estamos no dia 15 (quinze), mas estamos numa etapa de solicitação de informações e deveremos ter no dia 22 (vinte e dois) uma apresentação pela Concessionária dessas informações. Este cronograma segue concluindo-se no dia 13 de abril de 2004, quando deveremos ter a primeira Concessionária do Estado de São Paulo com a revisão tarifária completa na área do gás. Da mesma forma, estamos submetendo à esta Audiência Pública a metodologia do WACC da Comgás. É a mesma fórmula colocada anteriormente, onde teremos mais duas fórmulas que estão detalhadamente descritas na nota técnica número 2, que se refere ao WACC da Comgás, onde se fala do capital próprio e do capital de terceiros e discutidas a estrutura razoável, onde estamos disciplinando para a parte da dívida até 40% do valor total da estrutura de capital e 60% seria o capital líquido do patrimônio próprio. Este cálculo consta da metodologia, apresentada, onde se percebe que o capital próprio, com todos os critérios estabelecidos,

teria uma remuneração de 16,49%, com peso de 60% no total. Teremos a parte de endividamento, já abatidas todas as taxas de IR, chegando a 9,42%. Aplicando o critério de 60% e 40% chega-se a 13,66% ou um valor líquido de 11,76% no custo de capital real em moeda local, depois dos impostos. Estes valores constam de todas as revisões tarifárias. Evidentemente cabe a discussão de cada um dos parâmetros, de cada um daqueles itens e isso está presente nas notas técnicas da CSPE. Então está sob a crítica esta discussão. Para encerrar, o sucesso do processo de revisão tarifária depende da participação dos agentes, setores interessados e usuários. Contamos com a colaboração de todos para a obtenção de resultados adequados. Obrigado pelas contribuições. A CSPE no site [www.cspe.sp.gov.br](http://www.cspe.sp.gov.br) acompanha todo o processo de revisão tarifária e colocamos todos os documentos à disposição dos senhores interessados e eu quero agradecer e fico muito satisfeito com a presença maciça de contribuições, que é esse o objetivo desse processo de revisão tarifária. Muito obrigado. (aplausos)

- Vamos chamar os expositores de acordo com as inscrições. A primeira exposição é da Sra. Claudia Henrique Provasi, da Concessionária Gás Natural São Paulo-Sul.

**CLAUDIA HENRIQUE:** Boa tarde aos senhores componentes da mesa, Sr. Comissário Geral, boa tarde sras. e srs. A Gás Natural São Paulo-Sul sobre a metodologia da revisão tarifária, gostaria de fazer as seguintes críticas e sugestões. Primeiro, sobre a margem máxima de distribuição. O objetivo da Gás Natural é que a CSPE venha adotar como piso para a margem máxima as atuais margens praticadas. Isso porque, como o próprio comissário mencionou, as áreas greenfields, que são as áreas da Gás Natural, tem singularidades que devem ser observadas. A metodologia que é a que nós entendemos estar claramente direcionada às Concessionárias que operam sistemas de distribuição já implantados há vários anos. No caso da Gás Natural e da Concessionária da área Noroeste, não é o que a realidade demonstra. Nós estamos operando desde fevereiro de 2002 e, portanto, nós entendemos que deveria ser mantido como mínimo as atuais margens de distribuição, a fim de viabilizar os investimentos futuros da nossa Concessionária. Para isso, os cálculos da receita de contribuição deveriam ser feitos através da aplicação das margens de tarifa com desconto nos

primeiros anos, de acordo com a tarifa já aplicada, para manter as metas mínimas estabelecidas desenvolvendo o mercado de gás, no Estado de São Paulo. Sobre o WACC, as nossas considerações são as seguintes, embora as premissas e a metodologia usada pela CSPE para o cálculo de alguns parâmetros do WACC sejam divergentes dos preceitos de remuneração de investimentos no Brasil, nós julgamos oportuno uma maior discussão sobre o custo de capital para evitar precedentes inadequados no futuro. Nós entendemos, Sr. Comissário, que existe inflexibilidade nas premissas. Mas os custos propostos para remunerar o capital do investidor diferem de forma razoável das expectativas mínimas da Concessionária. Finalmente, sobre os gastos de diferidos. Pela própria natureza da nossa área de construção, para atingir amplamente os mercados, nós suportamos investimentos adicionais, que não poderiam e não foram suportados pelos nossos clientes. Esses investimentos possibilitam a realização dos serviços de distribuição como função de utilidade pública prioritária, como vem determinado no contrato de concessão. Dessa forma, eles estão sendo contabilizados como gastos diferidos. Entendemos que eles sejam considerados na revisão tarifária. E eles vão permitir, dessa forma, a expansão da Gás Natural em todo o Estado de São Paulo de forma homogênea e sustentada. Como está implícito no espírito do contrato de concessão e como está determinado pelo Estado de São Paulo. Este foi o espírito do Estado de São Paulo ao realizar a concessão. Entendemos que através dessa manifestação, possamos estar auxiliando para que o desenvolvimento sustentado e competitivo da Gás Natural para que possa continuar de forma equilibrada e sem atropelos. Nós entendemos que esse é o desejo da Gás Natural, os clientes e consumidores e do Estado de São Paulo. O Sr. Ronaldo da Gás Brasileiro, entregará uma manifestação nossa em conjunto com a Gás Brasileiro nesse sentido, onde há um maior detalhamento dos comentários. Muito obrigada. (aplausos)

- Chamamos agora o Sr. Carlos Eduardo de Freitas Bresser, da Concessionária Comgás.

**CARLOS EDUARDO:** Muito boa tarde ao Zevi, Comissário Geral da CSPE, em nome de quem eu agradeço a oportunidade e cumprimento toda a mesa. Boa tarde srás.

e srs. A Comgás está aqui em primeiro lugar para dar uma satisfação do que vem fazendo ao longo desses anos. Nós iniciamos as nossas operações em 1999 e temos sido a maior distribuidora de gás natural canalizado do Brasil, com quase 30% do volume de vendas praticado. Geramos cerca de 2.600 (dois mil e seiscentos) empregos diretos e indiretos e somos controlados pelo Grupo BG, maior distribuidora de gás do mundo e a Shell que dispensa apresentação. Atuamos na região delimitada de Campinas, Santos, São José e São Paulo. Isso representa quase 25 (vinte e cinco) milhões de habitantes, em quase 6 (seis) milhões de residências, 8 (oito) milhões de veículos, concentrando 36% do PIB Nacional, com 40% de demanda de energia elétrica. A Comgás trabalha para ser a melhor empresa distribuidora de gás da América Latina, com soluções energéticas sustentadas para o cliente e a sociedade e sempre com reconhecida qualidade dos serviços prestados. Para isso temos valores e princípios que estão sustentados por ética, responsabilidade social, trabalho em equipe, excelência, compromisso com resultado e qualidade de vida. E evoluímos bastante, saímos da privatização até hoje para distribuímos 10 (dez) milhões de m<sup>3</sup>/dia de gás, acrescentamos mais de mil quilômetros de rede e saltamos de 17 (dezesete) para 43 (quarenta e três) municípios atendidos. Tudo isso representou 700 (setecentos) milhões de reais em investimentos. E com um ponto que eu quero chamar a atenção, mais de 90% de todas as compras de materiais feitas e porque não dizer de serviços, são de produtos nacionais. Nós empregamos mão-de-obra local e regional. Basta ver os dois últimos sistemas de Indaiatuba e Campinas. Durante praticamente quatro anos e meio não paramos. Investimos setecentos milhões e investiremos outros setecentos milhões ou mais ao longo dos próximos ciclos. Isso deu resultado, só na questão da expansão industrial sistemas como Limeira, Piracicaba, Americana, Jundiaí, Itatiba, Jaguariúna, Mogi, Rio Claro, Santa Gertrudes, Sumaré e futuros sistemas como Leme, Amparo, Tambaú, etc. permitiram e vão permitir a disponibilização de gás para os setores industriais, quer sejam cerâmicos, alimentos, vidreiro, química fina, móveis, etc. Isso fez com que saíssemos de uma distribuição de quinhentos milhões m<sup>3</sup>/ano para um bilhão e seiscentos milhões de m<sup>3</sup>/ano. Setores residenciais e comerciais, mais de 85 (oitenta e cinco) mil clientes ligados no setor residencial em várias regiões e bolsões do Estado de São Paulo que vai do Jabaquara à Vila Guarani; de Jaguaré à Freguesia do Ó; Butantã-

Vila Ema; dentre outros bairros aqui. Os esforços que estamos fazendo em outras redes permite que agreguemos mais clientes residenciais à sistemas, onde a rede datava de mais de cinquenta anos, estão todas elas em processo de renovação. Mais de 780 (setecentos e oitenta) novos consumidores do segmento comercial, permitem a distribuição do gás canalizado de pequenas padarias à grandes shoppings, hospitais, clubes, etc. Postos de GNV, saltamos de duas cidades, dois municípios atendidos, para 21 (vinte e um), de 20 (vinte) postos para 182 (cento e oitenta e dois) ao longo desse período. Isso significou a redução das filas, oferta em um maior número de postos visando a utilização deste combustível alternativo para táxis, frotas leves, etc. Energia elétrica, plantas de co-geração e termoelétricas, fizeram com que a Comgás pudesse estar acrescentado ao sistema cerca de 60 mhz em sistema de co-geração e quase 20 mhz se considerar o funcionamento da Usina de Piratininga. Tudo isso fez com que as metas previstas no contrato de concessão fossem e estão sendo perfeitamente atendidas. Só na expansão de rede, mais do dobro do que foi previsto foi atendido. Eram 400 Km (quatrocentos) e agora são mais de 800 Km (oitocentos) instalados. Tudo isso fizemos com profundo respeito à questões que consideramos fundamentais, que é a questão do meio ambiente. A Comgás obteve a ISO 14000. Para cada milhão de m<sup>3</sup> de gás natural utilizado, poupamos 80 (oitenta) mil reais em saúde pública. Tiramos 94% de particulados do ar, reduzimos em 99% a participação do enxofre e 27% em CO<sub>2</sub>. Fizemos tudo isso sim, porém com mais segurança ao empregado. Só para dar um dado, a Comgás entre empregados contratados e terceirizados chegou a contabilizar 8 (oito) milhões de homens/hora sem nenhum acidente. Isso valeria a um empregado trabalhar do ano 0 ao ano 2000 sem nenhum incidente por perda de tempo. Responsabilidade Social, através de publicação do nosso balanço social, Programa Aprendiz-Comgás, colocou mais de 400 (quatrocentos) adolescentes capacitados no mercado de trabalho; parcerias com a Secretaria Estadual do Meio Ambiente, entre outros. Valorização do trabalhador, através de programas de qualidade de vida, capacitação profissional e um pacote de salários e benefícios. E com tudo isso senhores o resultado está aí. Pesquisa encomendada pela CSPE, no final do ano passado junto ao IBOPE, deu à Comgás a nota 9 de satisfação do cliente em 10 pontos possíveis. Alguns prêmios que recebemos são conseqüências deste trabalho, com esta seriedade e com esta participação. Revisão

tarifária da Comgás, o Dr. Zevi já explanou a metodologia em detalhes e só gostaríamos de acrescentar o seguinte, de toda tarifa média que a Comgás recolhe hoje, 18% ficam com a distribuidora e 66% representam o custo de gás e transporte, ou seja, essa parcela que a Comgás recebe ela paga os fornecedores de gás e os detentores do transporte. Os 16% são impostos e esses 18% são o volume que temos da tarifa para continuarmos a fazer investimentos, ou seja, expansão, operação e manutenção com segurança e qualidade e temos a receita permitida. Como considerações finais, eu gostaria de acrescentar que estas margens da Comgás deverão ser reajustadas e reestruturadas agora nesta revisão tarifária para fundamentalmente permitir que continuemos o grande programa de expansão do gás canalizado no Estado de São Paulo, principalmente agora com as recentes descobertas do gás de Santos. Gás no poço não vale nada, se quisermos monetizar este gás necessariamente temos que ter redes de distribuição. Estamos oferecendo nesta parceria com o Governo a fazer todo o investimento nestas redes. Por isso, acreditamos que estas margens serão corrigidas, voltadas especificamente a questão da expansão como um dos pontos primordiais nesta questão tarifária. E como conclusão, a Comgás vai continuar investindo em São Paulo, vai continuar gerando desenvolvimento, valorizando o trabalhador, o meio ambiente e sobretudo, quando em 1999 o então governador Mario Covas, chamou a Comgás para uma parceria no programa estadual de desestatização, o PED, a Comgás aceitou. E hoje com muito orgulho podemos dizer o seguinte a Comgás é e continuará sendo parceira de São Paulo. Obrigado a todos. (aplausos)

- Chamamos o Dr. Ronaldo Como da Gás Brasileiro.

**RONALDO KOHLMANN** – Sr. Comissário, Srs. da mesa, boa tarde srs. aqui presentes, falar depois da Comgás e da Gás Natural fica até fácil, porque a Comgás colocou tudo aquilo que ela vem desenvolvendo. A Gás Natural também está desenvolvendo o mercado. Hoje nós podemos dizer que aqueles objetivos que o governador de São Paulo e o Governo de São Paulo pretendiam com a privatização, estão sendo atingidos. Por quê? Porque estamos no interior. Estamos distribuindo gás em Araçatuba, São Carlos, Descalvado, Porto Ferreira. A Gás Natural idem. Estamos

chegando naquilo que se pretendia, levar o gás a outros setores, outras regiões, além de São Paulo. Nós sempre usamos uma figura de marketing, que o gás é o vetor do desenvolvimento. E realmente ele é. Quando a gente chega numa cidade e leva o gás, de início encontramos uma série de dificuldades, porque não existe a cultura do gás e este é um aspecto importante. Esta cultura não existe em várias regiões e temos que criar esta cultura. Convencemos algumas indústrias, alguns consumidores a iniciar o consumo e de repente percebemos que aquele gás traz novas indústrias e um desenvolvimento e crescimento destas regiões. Portanto, aquilo que se pretendia está sendo atendido. Gostaríamos de estar numa velocidade maior, mas estamos chegando lá. Nós fechamos agosto com 41 (quarenta e um) consumidores. Destes 18 (dezoito) no segmento industrial, 1 (um) no segmento automotivo, no comercial 21 (vinte e um) consumidores e no residencial temos um só e queremos aumentar e vamos chegar lá. Neste mês de agosto fechamos com 186 mil m<sup>3</sup>/dia, comparado com os 10 (dez) milhões da Comgás é muito pouco. Mas começamos em janeiro. Assinamos o contrato de concessão em dezembro de 1999. Iniciamos a operação em janeiro deste ano. Tivemos dificuldade? Tivemos. Mas vamos chegar mais longe. No final do ano que vem estaremos atendendo Araraquara, no começo do 2005 Ribeirão Preto, Matão e depois nós vamos para a região de Barra Bonita, Lençóis Paulista, que são regiões importantes no Estado. A Claudia da Gás Natural citou aspectos da greenfield e é aí que vamos pedir ao Comissário e à comissão que realmente observem estas características das áreas greenfield. A metodologia apresentada realmente tem embasamento teórico e entendemos perfeitamente correto, porém este fator X é um redutor aplicado ao índice de reajuste anual. Tem como conceito compartilhar com os usuários os ganhos futuros da melhoria da eficiência da produtividade da distribuidora. Muito bem citou o Comissário, que este fator leva em conta exatamente aquilo que a Concessionária pode colocar de melhor no mercado e transferir isto ao consumidor que é perfeitamente correto, através de melhorias de eficiência que estão relacionadas diretamente com os aspectos operacionais da Concessionária. A Gás Brasileiro tem experiência na área de distribuição e tecnologia. Produtividade: considera a performance realizada e a sua tendência até a sua próxima revisão. E as referências para avaliação e é aqui gostaríamos de chamar atenção, é que essas referências são em função da tendência

histórica da eficiência da Concessionária, economia de escala, comparação com outras Concessionárias do Brasil, índices de produtividade e padrões internacionais de eficiência na indústria. Corretíssimo. A grande dúvida que colocamos é como usar isto em uma empresa greenfield, que começou a operar em janeiro deste ano. Fica muito difícil avaliar o quanto estamos sendo eficientes ou não. O nosso sistema seguramente está ocioso. Então é muito pouco provável que se consiga valorar adequadamente este fator x. Isto que foi colocado é perfeitamente correto em empresas maduras e que para empresas greenfield isto não seja aplicado neste segundo ciclo da revisão tarifária, porque se assim for, estará se criando distorções e não representando a realidade. O fator k tem os mesmos pontos que colocamos para o fator x.. Como bem disse o Dr. Zevi, é um fator para se verificar se aquela margem que foi caracterizada como máxima está sendo cumprida pela Concessionária. O que verificamos é que ao se apresentar um plano de negócios, ao se tentar conseguir um mercado, vamos obter uma margem real, que pode ser inferior ou superior à máxima definida. Se essa diferença positiva, ou seja, se a margem obtida for maior, é prevista uma redução da margem máxima. Se essa diferença for negativa, se a margem obtida for inferior, a partir do 3º ciclo este k é zero. E no 2º é admitido um k positivo. Em uma área greenfield usar esta particularidade torna-se muito difícil, porque o nosso mercado não está desenvolvido, a diversidade de segmentos de usuários é pequena, a nossa expectativa daqui a cinco ou sete anos é chegar a 10 mil residenciais. Estrutura Tarifária: o que ocorre numa área greenfield? Vamos usar as chamadas âncoras e elas são as indústrias. (fim lado B – Fita 1)

Propomos para estas áreas greenfield, dado o pouco tempo que elas tem, que tenhamos uma disponibilidade de dados e previsões realistas para uma revisão tarifária. Tínhamos uma expectativa de se ter de quatro a cinco termoelétricas na nossa região e hoje não temos nenhuma. Propomos que se faça uma prorrogação da estrutura tarifária atual, ou seja, que a revisão tarifária para as Concessionárias greenfield sejam efetuadas em momento mais oportuno, com mercados mais desenvolvidos e que se incorpore na metodologia ajustes que se considerem necessários nestas áreas greenfield. O que pleiteamos não é que se mantenha a revisão tarifária, mas que seja feita um pouco mais à frente em uma metodologia que considere as particularidades de áreas greenfield. O contrato de Concessão estabelece que após o 5º ano, acontece que começamos a

distribuir em janeiro deste ano. É muito pouco tempo para se partir para uma revisão tarifária de uma profundidade tão grande como esta que a metodologia propõem. Nós estamos juntamente com a Gás Natural entregando um documento à CSPE, onde procuramos detalhar cada um destes aspectos, procurando chamar atenção naquilo que nos causa apreensão. Obrigado (aplausos)

- Chamamos o próximo expositor, que é o Sr. José Eduardo Vidigal Pontes da empresa Nadir Figueiredo. O próximo inscrito é o Sr. Carlos Roberto Sivestrim, da empresa Cogen.

**CARLOS ROBERTO:** Eu gostaria de trazer uma mensagem que fosse levada em consideração na discussão desta metodologia através da Associação Paulista de Co-geração de Energia, fundada a cerca de 30 (trinta) dias e teve o seu CNPJ liberado a 15 (quinze) dias atrás. Vamos trabalhar com dois vetores: o gás natural e a biomassa da cana-de-açúcar. A minha mensagem é muito mais de ordem estratégica e não uma mensagem que envolverá a questão da metodologia, mas uma contribuição para que estas questões sejam consideradas. São Paulo quer trabalhar com gás natural. Temos aqui uma visão do que pretendemos abordar. Temos hoje no Estado de São Paulo um importante trabalho feito pelas três distribuidoras, porém apenas 06 (seis) anos após ter chegado o gás da Bolívia, 5% da população é beneficiada. Significa que temos muito a fazer. Então, o Gasbol e as descobertas recentes exigirão uma maior oferta de gás que, por sua vez, precisam de preços competitivos, necessitam de expansão de redes, portanto uma revisão tarifária com viés competitivo expansionista que venha viabilizar e atrair investimentos e também retorno econômico das concessões, enfim benefício para São Paulo. Aqui temos uma fotografia da recente descoberta. É uma informação que peguei da Petrobrás, onde mostra as bacias de Santos descobertas. Isso não pode ficar de fora em uma revisão tarifária. Peguei alguns mapas da Comgás em função desta revisão tarifária. Temos uma diversidade. Temos a região de Campinas, do Vale do Paraíba, aqui a própria região metropolitana e a baixada santista, ou seja, aqui temos um PIB equivalente ao da Argentina. No setor da indústria e comércio eu enxergo que se pode chegar a 50 milhões de m<sup>3</sup>/dia. No GNV já há uma grande distribuição espacial.

Muitos dogmas do passado poderão até ser substituídos. Por exemplo, não posso pensar em ônibus a gás porque não poderei vendê-lo para o interior. A rede que está sendo construída no interior já possibilita uma regressão desta tendência. Queremos na co-geração o imposto sustentável, ou seja, entendemos que existe um espaço para a co-geração conquistar esse espaço e ele será conquistado pacificamente. Aqui temos um exemplo de co-geração neste edifício em frente ao shopping Iguatemi, onde existe a taxa de aluguel mais cara de São Paulo, ele funciona com 2,8 mhz de gás natural. Muitos edifícios já estão sendo projetados com a utilização da co-geração. É certo que teremos termogeração operando nesta base com estas recentes descobertas. É importante um zoneamento energético, ambiental e econômico, para que possamos tirar melhor proveito disso. É importante considerar que São Paulo importa 50% da sua energia elétrica e este número tende a crescer. A conclusão final, é que temos demanda reprimida e precisamos atender, temos necessidade de realizar importantes investimentos no sistema e a política tarifária tem que ser competitiva para motivar esses investidores a trazerem estes clientes e assegurar que estes investidores tenham condições de realizar estes investimentos. O importante é que a expansão da rede seja feita para beneficiar o maior número de clientes em um menor prazo possível, uma vez que temos gás da Bolívia e gás descoberto aqui. Para o Estado de São Paulo é oportuno estabelecer parceria estratégica para conquistar este mercado potencial em um menor prazo, inclusive para o Estado deter os royalties destas descobertas. Muito obrigado (aplausos)

- Chamamos o próximo expositor que é o Sr. Claudio Villar Furtado da FGV de São Paulo.

**CLAUDIO VILLAR:** Boa tarde senhores, a FGV foi convidada pela Comgás a participar deste processo e quero agradecer em nome da equipe que coordenei, equipe de 06 (seis) professores, que examinaram praticamente todos os temas econômico-financeiros constantes das notas técnicas 1 e 2 que foram distribuídas. Nós temos a grata satisfação de verificar que estamos diante de um processo regulatório extremamente bem estruturado e concebido dentro dos melhores padrões internacionais. Eu queria

cumprimentar esta comissão e em nome da equipe esta comissão, pelo trabalho que vem sendo realizado. A nossa exposição foi preparada para 15 (quinze) minutos, portanto serei breve e os comentários que farei estão sendo oferecidos à comissão de forma escrita e em meio eletrônico também. Eu me concentraria, a pedido da Comgás, no tema custo de capital próprio, que é um dos componentes da margem máxima. Nós achamos que o trabalho técnico que foi apresentado é muito bem concebido. Mas, ele leva a uma metodologia de trabalho bastante complexa e que no caso específico da Comgás poderia ser substituído por métodos mais simples, que nós testamos e verificamos que são consistentes e principalmente estáveis a longo prazo, de períodos que vão do início de 2000 até junho 2003. Períodos em que as ações da Comgás passaram a ter volume de negociação na Bolsa de SP e sendo adquiridas por 30 (trinta) investidores nacionais. Nós acreditamos que os preços da Comgás reflitam todas as naturezas e riscos operacionais que esta empresa está sujeita. A metodologia geral proposta é adequada. A utilização do modelo CAPM, os profissionais da área sabem que aquilo não é o modelo CAPM, é uma versão empírica deste modelo. O que discordamos é que o modelo não deveria estar acrescentando fontes de risco específicas sob a forma aditiva. A introdução que se faz à este risco soberano equaliza praticamente todos os projetos de investimento no país em relação a este fator de risco e não há robustez teórica e nem empírica para se dizer que este prêmio deva ser aditivo, quando se calcula o custo de capital próprio. Poderíamos estar utilizando um modelo que capturasse o risco sistemático da Comgás, oferecido a partir das suas ações transacionadas no mercado de capitais brasileiro, tomando como índice o IDX, é mais amplo e ponderado composto de 100 (cem) ações e adicionando sim, o risco sistemático de se ter uma empresa operando no Brasil. Nós sabemos que os investidores da Comgás são internacionais, por conseguinte a visão deles é global e investir no Brasil, na verdade, diversifica o seu risco. Diversificar quer dizer, de certa forma, reduzir. Ao invés de tentar faturar todos os elementos de risco, que é a metodologia proposta na proposta técnica n°2, teríamos uma versão simples, de um modelo de índice único e incorporaríamos este modelo de índice único em um modelo de investimentos a partir de uma ótica global de investidor diversificado. Nós não chegamos a esta solução sem termos testado diversos outros modelos. Utilizamos modelos de dois e três fatores e verificamos que estes modelos eram totalmente

instáveis em termos de estimativas. O modelo que elegemos é muito mais simples para representar os riscos, inclusive aqueles de natureza regulatória que afeta o país como um todo. Há um fator de risco regulatório que estaria capturado dentro destas fórmulas. Da mesma forma o risco de câmbio, ou o risco país. Nós acreditamos ser isto uma contribuição metodológica, que tem base teórica e base empírica perfeitamente sustentáveis para o caso de uma empresa com ações transacionadas no mercado de capitais brasileiro e que apresenta grande liquidez e que é acompanhada por um grande número de investidores internacionais. Muito obrigado (aplausos)

- Chamamos o próximo inscrito sua Exa. o Deputado Arnaldo Jardim, representante da Assembléia Legislativa do Conselho Estadual de Política Energética.

**ARNALDO JARDIM:** Estou vendo aqui que a Assembléia está muito bem representada. Temos aqui o deputado Sebastião Arcanjo, Gilba Marssom. Quero cumprimentar a equipe da CSPE, Sras. e Srs. me permitam cumprimentar a todos aqui interessados. Vou buscar ser objetivo e fazer com que a minha vertente de engenheiro esteja presente. Não vou me aventurar a fazer nenhum detalhamento técnico obviamente, o qual será mais propício às pessoas que se dedicaram a alguns aspectos mais localizados. Primeiro do ponto de vista da conjuntura, eu me sinto muito orgulhoso com o desempenho da CSPE. Segundo, dizer que hoje que fazemos esta Audiência os jornais divulgam que o Governo que prepara desde janeiro um projeto sobre agências de regulação, deverá fazer deste projeto uma reafirmação da importância das agências. Terceiro, fazemos esta Audiência Pública no momento em que temos a notícia de abundância de gás e que realmente aquilo que era um sonho distante possa ser antecipado para que tenhamos o gás natural na matriz energética no Estado de São Paulo e no país. Gostaria de dizer, que embora o nosso Comissário tenha feito distinções no início do mercado do gás versus mercados do setor elétrico, eu vejo muita similaridade. Eu tive o cuidado de ler as notas técnicas do processo que está sendo apresentado aqui e do processo da ANEEL. Eu estive presente em duas Audiências Públicas da ANEEL. Me pronunciei para alguns princípios que parecia subtrair aquilo que é a nossa realidade: o nível de inadimplência, as condições necessárias à execução

de cada um dos serviços e do ponto de vista estrutural, da disponibilidade de capital que nós temos em nosso país e que as empresas devem buscar. Eu acho muito importante que se façam essas adequações e diferenciações. No meu modo de ver, eu acho que essas questões determinam uma característica que precisa ser incorporada, que é a interatividade deste processo. Por mais que buscamos fazer a definição de um modelo, por mais que este prazo me pareça muito justo das contribuições, eu quero entender que vamos ter uma abertura para discutir o modelo. Que a gente possa andar devagar para andar rápido. Que possamos incorporar as observações, para que nós tenhamos flexibilidade e efetivamente praticar algo que tenha um respaldo conjunto. Em primeiro lugar dos consumidores, em segundo as entidades institucionais e depois as próprias Concessionárias e que o agente regulador possa cumprir a sua missão. E também, a CSPE decidiu incluir, no tratamento regulatório, os programas de pesquisa e desenvolvimento tecnológico. Isso é uma novidade importante para todos nós que acreditamos na evolução, na nossa capacidade nacional de fazermos este aprimoramento. Chama-me a atenção esta questão da interatividade que no processo de revisão tarifária, nós teremos o processo de reestruturação tarifária. E compreendo que entre o conjunto de ativos/investimentos feitos pela empresa no momento em que se faz a revisão não se possa considerar o preço pago pela Concessão. Afinal de contas isso poderia fazer o processo de realimentação. As empresas poderiam pagar um ágil mais acentuado e que isso fosse incorporado na tarifa e assim sucessivamente. Por outro lado, ignorar o preço mínimo que se pagou é pensar que a regulação e o funcionamento da empresa vai se dar independente de um ponto de largada na sua aquisição. Mas eu estou fazendo este paralelo sobre a questão tarifária. Eu vi aqui um demonstrativo feito e constatei que dos 288 (duzentos e oitenta e oito) milhões de m<sup>3</sup>, que é o que vende a Comgás, 221 (duzentos e vinte e um) é destinado ao consumo industrial. E acho indispensável que tenhamos uma clareza sobre que tipo de perfil. É importante que as empresas apresentem o conjunto de informações, mas num processo como este há um conjunto de informações que devem ser fornecidas pela CSPE. Anteriores à avaliação das empresas, no que diz respeito a uma análise de cumprimento do contrato de concessão. Essa avaliação vai determinar o plano de negócios da empresa. (fim lado A – Fita 2)

A revisão tarifária no final leva a um número? Mas será necessariamente isso a revisão tarifária? Será que a revisão não poderia significar uma equação? Ou seja, um procedimento que desse um limite máximo e mínimo, mas que pudéssemos ter um processo de avaliação sistemática. Quem garante que vamos focar em um risco Brasil de 400 pontos? Será que dá para fazermos definições tendo esse grau de incerteza? Será que ter uma faixa e uma equação não seria algo mais sábio nesse processo, que por ser o primeiro a CSPE começa tão bem e terminará melhor ainda. Muito obrigado (aplausos)

- Chamamos o próximo expositor é o Sr. José Roberto Martins.

**JOSÉ ROBERTO MARTINS:** Sr. Comissário, membros da mesa. Sras. e Srs. muito boa tarde. O nosso comentário vai ser bastante específico no que diz respeito a uma questão de ordem jurídica e a e as duas áreas greenfield comentadas aqui. São áreas virgens comentadas aqui, onde não há ainda infra-estrutura implantada. Nós tivemos experiência pessoal com esse processo de privatização e, assessorando na época um dos investidores privados. Em 1999 e 2000, estas concessionárias pagaram pela concessão é o total de quase um bilhão de reais a valores da época. Este, Sr. comissário, foi investimento inicial destas concessionárias. Representou o ingresso significativo de divisas para o Estado e também significou um voto de confiança desses concessionários no plano de expansão do nosso governador Mário Covas. No entanto Sr. Comissário, depois de alguns anos, da assinatura deste contrato, a metodologia de revisão tarifária, que buscava remunerar o investimento destes concessionários, não fala nem os de investimento inicial. E este é o nosso grande comentário e a nossa grande preocupação, porque até por uma questão de bom senso é imperioso que se reconheça esse vultuoso investimento que foi efetivamente pago e aceito pelo Estado e deveria ser considerado. Este reconhecimento se impõem por força do próprio modelo de concessão, que foi adotado por estas regiões. Foi um modelo diferente, foi um modelo que não foi adotado pela ANEEL por exemplo, na época da privatização, nenhum modelo adotado pela Comgás. Este modelo foi de outorga onerosa de concessão. O Estado vendeu uma concessão, direito esse que se não tivesse sido outorgado às concessionárias não teriam tido sequer direito de pedir licença ambiental, de vender o seu primeiro m<sup>3</sup>. Eles

precisavam deste direito como condição primeira e principal para poderem atuar. Este direito para fins tributários e para fins contábeis, ele consta do ativo da empresa. Inclusive conforme o plano de contas da CSPE, entrega-se o balanço e este valor está ali ativado. A gente se pergunta: haveria um outro modelo? A própria ANEEL tinha escolhido o modelo para outras concessões novas, como é o caso de transmissão de energia elétrica, que seria modelo de concessão pela menor tarifa. Naquele modelo, o investidor não é chamado para a uma concessão, ele não paga por este direito. No entanto, ele pode usar 100% do investimento dele nos ativos dito tangíveis, na tubulação, nas instalações e equipamentos. Se este modelo tivesse sido adotado, nós hoje não estaríamos falando aqui naquele investimento inicial. E hoje o regulador estaria focando apenas na menor tarifa. Agora, uma vez que este modelo não foi adotado a lei impõe que se obedecem as regras do jogo. A gente não poderia mudar as regras do jogo. Estas seriam as conseqüências do nosso modelo. É nesse momento que devemos falar em tarifária baseada no não valor da proposta vencedora, se fosse um modelo diferente estaremos aqui fixando a tarifa com base no valor da proposta. E por fim, ajusta a remuneração do investimento. E o que se espera, é um ajuste de todo o investimento e não apenas do investimento a partir do momento que a CSPE escolheria, mais de todo o investimento que foi realizado. Foi decretado o valor sobre a modicidade tarifária que é um ponto muito importante e fica difícil em cinco minutos nós falarmos sobre tudo isso. É um assunto complexo. Nós pedimos à CSPE que reconhecendo a este conceito, saiba com a prudência que tem, aplicá-lo sem prejudicar a modicidade tarifária, porque as concessionárias querem vender gás a um preço competitivo mas querem também que o seu investimento seja reconhecido. É uma tarefa complexa, mas confiamos na prudência dos senhores. Obrigado. (aplausos)

- Próximo expositor Sr. Luiz Nelson Porto Araújo, da Delta.

**LUIZ NELSON:** Muito boa tarde a todos, nós gostaríamos de expor duas contribuições no contexto da metodologia e que foi utilizada pelo regulador, para os processo de revisão tarifária das distribuidoras de gás canalizado no Estado de São Paulo. E a nossa contribuição aborda duas variáveis bastante significativas no âmbito da política tarifária que foi fixada pelo setor. A primeira delas, refere-se ao fator x e a segunda ao fator K. O

modelo tarifário do setor de distribuição de gás tem uma similitude com o modelo tarifário do setor elétrico em particular, neste caso ele trabalha com a metodologia de margem máxima de distribuição. O contrato de concessão das distribuidoras fixou uma pequena equação para a definição desta margem máxima, que agora no âmbito da revisão tarifária ela está sendo reposicionada. Esta margem máxima têm uma dinâmica que depende basicamente da evolução de um índice de preços, no caso o índice IGPM da fundação Getúlio Vargas, que é ajustado por um fator  $x$ . e a margem do período anterior, a margem máxima inicial, é posteriormente ajustada ao longo do segundo ciclo tarifário e pelo fator  $K$ . No caso do fator  $x$  a gente sabe que desde a literatura inglesa, que já tem aproximadamente vinte anos, ele tem uma função de antecipar ganhos de produtividade, ganhos esses que estariam sendo transferidos ao consumidor sobre a forma de modicidade tarifária. Isso coloca a concessionária para internalizar estas eficiências e poder compartilhar destes ganhos com seu consumidor. É claro, o que erros tanto a mais quanto tanto a menos, na fixação desta variável, tenham efeito que estarão se perpetuando não apenas no ano aonde você vai aplicá-lo em relação ao IGPM, mais em todo o período remanescente da concessão, na medida em que todo o processo de redefinição da margem máxima aumenta cada um dos períodos no qual acontece a revisão tarifária. Segundo o contrato de concessão das distribuidoras do Estado de São Paulo, o regulador deveria para fixar o fator  $x$ , levar em consideração a estrutura de demanda e de custo da concessionária, observado ainda no período histórico e com base em expectativas futuras, olhar tendências históricas de eficiência da concessionária em relação a outras a outras concessionárias e também projetar essas deficiências na própria concessionária. Nós temos três considerações a propor, em primeiro lugar a primeira delas é uma observação. A CSPE não propôs na nota técnica número 1 a metodologia que permitisse a clara definição da equação ou a maneira pela qual o fator  $x$  será determinado. Os conceitos basicamente apresentados reproduzem o contrato de concessão e aí vale lembrar o paralelo que a gente observou no setor elétrico, ou apesar de todo esforço feito pelo regulador desde 1998, ou seja, passado cinco anos, nós ainda não temos concluídas 15 revisões tarifárias, nós ainda não temos em definitiva uma metodologia para a definição do fator  $x$ . Esta é a primeira observação. Em segundo lugar, nós gostaríamos de ver a contribuição sugerindo o

regulador na medida em que o modelo de distribuição de gás, que é um pouquinho diferente do modelo das elétricas, onde você está calculando o valor presente do fluxo de caixa e provavelmente na projeção deste fluxo de caixa em cinco anos você poderá estar antecipando ganhos de eficiência e produtividade através de movimentações na demanda e de custo. O que nós gostaríamos somente de alertar, é que não houvesse uma duplicidade, ou seja, o plano de negócios onde você tem implícito o cálculo de um fluxo de caixa para o ciclo tarifário ir aonde você eventualmente pudesse incorporar ganhos de eficiência e produtividade, não fosse feito em duplicidade com a posterior fixação do fator  $x$ . Em terceiro lugar, a gente acredita, à semelhança de uma das propostas e o regulador do setor elétrico, não sabemos os desafios que o setor de gás canalizado tem, principalmente no que se refere à expansão, diferentemente do setor elétrico que já se encontra consolidado, fosse considerar a possibilidade de, por exemplo, na Argentina e Inglaterra, de você ter um fator que levasse em consideração o investimento extraordinário e particularmente para expansão. A nossa próxima contribuição, se refere ao fator  $K$ . A fórmula do fator que está especificada no contrato de concessão e basicamente estará acompanhando o relativo da margem máxima e da margem obtida e o que a gente percebe é que você poderia estar fazendo alguns ajustes. Em primeiro lugar, esta equação não é simétrica. No mínimo penaliza a concessionária. A delegação genérica, que não é o caso, mas ficaria como sugestão ao regulador, a forma como a define de cálculo para os anos dentro do ciclo tarifário, ela é uma equação assimétrica, ela tem um balde inferior e prejudica a concessionária e nunca possibilita à ela que mudanças de volumes sejam positivamente consideradas. Em segundo lugar, a cláusula do contrato se refere que se deveria levar em consideração nesta equação os descontos que são oferecidos. Nós sabemos que apesar de estarmos falando aqui de um monopólio, o mercado de distribuição de gás é contestável do ponto de vista econômico, diferentemente de um monopólio onde você tem outros mercados. Portanto, você terá ameaça de substitutos energéticos que fazem com que a política de desconto praticada pela concessionária seja uma variável muito significativa da definição das variáveis que determina o fator  $K$ . E o último slide, só concluindo, é que esta equação tem um pequeno probleminha. A margem hoje é calculada anualmente, e a gente está definindo a margem máxima inicial com base no valor presente de um fluxo de caixa de cinco

anos. O que a gente observa, que essa movimentação da margem média obtida para cinco anos, na medida em que você está comparando valores anuais de margem de volume e mix, você poderia está fazendo um pequeno ajuste no início e deixamos explicitados qual seria este ajuste bom. Muito obrigado. (aplausos)

- Chamamos o próximo expositor , sua Exa. o deputado Sebastião Moreira Arcanjo da Assembléia Legislativa.

**SEBASTIÃO MOREIRA:** Boa tarde a todos e a todas. Lamentavelmente terei que me retirar do plenário porque tenho uma reunião com o presidente da Eletropaulo, para tratar da Audiência a ser realizada no próximo mês, às 10h na Assembléia Legislativa. Rapidamente gostaria de fazer duas considerações. Vou reforçar a opinião do deputado Arnaldo Jardim, que é de fato um distanciamento de linguagem e isso tem dificultado a compreensão nas nossas audiências públicas. Lamentavelmente, nos episódios anteriores, a grande expectativa que se discutia era um resultado: o quanto iria aumentar a conta de luz e nós entendemos que este não deveria ser o único objetivo de uma Audiência Pública. O que nós queremos da tarifa, no caso do gás canalizado? Nós, da Assembléia Legislativa, e estamos tentando dar audiência este caso, no sentido de como é que nós vamos introduzir o gás efetivamente como uma nova matriz energética, como possibilitar os diversos usos da matriz. O que nós queremos que o gás, no caso da Brasileiro, que tem o consumidor residencial, queremos fazer com que o gás chegue efetivamente aos consumidores residenciais e, possibilitando ganhos não só do ponto de vista de redução dos gastos que temos com energia elétrica e convencional. Nesse sentido, estamos discutindo um projeto apresentado na Assembléia Legislativa que permite que o CDHU que ao construir os seus equipamentos e os seus conjuntos residenciais nas regiões metropolitanas, onde tem linhas de abastecimento e de redes de distribuição de gás, que estes conjuntos habitacionais sejam já adaptados para o recebimento do gás como alternativa de consumo de energia nestas residências. Como vamos fazer isso se não temos uma tarifa que permite esse debate? Vamos tratar o consumidor residencial como tratamos o consumidor comercial ou industrial? Ou o gás vai ser só alternativa para os industriais? Acho que isso deveria ser objeto de reflexão

nas novas audiências públicas e temos capacidade de aperfeiçoar a metodologia utilizada pelas agências vinculadas ou não vinculadas do ponto de vista físico político-administrativo ao governo federal, mas o que estamos tendo com a Anel é um problema muito crítico e com Anatel não quero nem fazer comentários. Como vamos transformar esta audiência em espaço de diálogo de mão dupla, onde participamos, trazendo as novas contribuições técnicas ou políticas. Como isso volta para nós? Essa interação na nossa opinião deveria ser feita para que estas audiências fossem efetivamente audiências públicas. Queria cumprimentar por este espaço que estamos tendo para o processo de revisão, com estas contribuições que se nós já pudéssemos debater com as contribuições que já estão sendo apresentadas e verificar quais delas podem ser ou não incorporadas no processo de avaliação da nossa comissão de serviços públicos, para que nós possamos democratizar efetivamente estas audiências públicas, que como já disse aqui tenho muita crítica ao modelo padrão implementado pela ANEEL. Acho que este debate pode contribuir no debate geral que temos hoje no papel que as agências cumprem e que é o objeto de mudança de discussão. Eu iria pensar Audiência Pública dessa forma. Para que no resultado final nós não saíamos destas Audiências Públicas com uma sensação das características das outras audiências e que envolve agências reguladoras. A sensação é a mesma e dá a impressão que estamos mudando de salas ou de local ou de tema, mas o resultado, metodologia, muito parecidas com o modelo padrão da ANEEL. E há uma sensação de captura também naquele setor, nos planos privados de saúde. Acreditamos na equipe do trabalho que vocês estão apresentando, não de desqualificação do papel das agências mas uma espécie de ganho de credibilidade e de confiança e para que nós possamos incidir no debate. Neste caso especificamente do gás nós temos o poder de resolver e equacionar várias questões no âmbito de toda Assembléia Legislativa, e contribuir de maneira positiva no debate mais geral que está sendo colocado hoje no Brasil, de qual é o efetivo papel das agências reguladoras no mercado de privatização sem ter sido regulador antes. Muito obrigado a todos (aplausos)

- Chamamos o próximo expositor o senhor Antonio Zoratto Sanvicente do IBMEC Educacional.

**ANTONIO ZORATTO:** Boa tarde a todos e a minha exposição será sobre a metodologia de determinação do custo de capital da Comgás e os comentários se referem especificamente a nota técnica número um anexo 3, das páginas 97 e 157 sobre o cálculo de custo de capital, ou seja, o chamado custo médio ponderado de capital e a nota técnica número dois que é inteiramente sobre essas questões. De acordo com anexo 3, o princípio básico da determinação do custo de capital é o custo de oportunidade do capital. O trecho que cito é: "O custo de oportunidade dos recursos é o custo de um patamar de capital, compatível com o risco similar que enfrenta a atividade." ainda na mesma página, se referem à importância do uso de dados de mercado para o cálculo deste custo de oportunidade: "Se a taxa é fixada em níveis altos, superiores aos do ponto ótimo, eu acho que o texto queria dizer ao ponto correto, o negócio regulado ganhará no mercado gerando uma distorção de preços." é um trecho que se refere à alternativa ao ser fixada uma taxa baixa demais, em comparação com este ponto ótimo. Este trecho chama a atenção de levar em conta as condições do mercado de capitais. Então, descobriram no mercado de capitais qual é a taxa de retorno justo em função do risco estimado. Segundo esta equação, o retorno justo é igual ao retorno sem risco mais o prêmio para o risco, onde este prêmio o risco é igual ao produto do grau de risco estimado pelo beta do ativo que se está analisando, reprecender ativo do capital próprio de terceiros versus o prêmio por unidade de um risco. Beta é a quantidade de risco ativo. Quanto a este ponto da metodologia eu não tenho nada a opor, mas o problema vem a seguir quanto à metodologia implantada neste enfoque. Eu vejo aqui três tipos de problemas, o primeiro deles é que o retorno que está disponível no mercado não está disponível no passado, e está disponível agora no mercado. Portanto, não há mais sentido usar médias históricas de retornos obtidos. Uso de médias históricas, por exemplo, o risco Brasil ser levado em conta como ele era no passado pode travar essa média nos cálculos feitos quando as condições de mercado já mudaram bastante e devem mudar no futuro. De qualquer jeito, as médias históricas levariam a superestimativas ou subestimativas do que seria ótimo de acordo com o texto do anexo 3. E além disso, o uso de preços correntes no mercado também permite resolver outro problema, não só estimar os preços mas estimar qual seria a estrutura de capital mais apropriada para permitir que a revisão fosse feita com base no que seria uma estrutura

eficiente e não com base numa estrutura em que a empresa vem carregando e que não seria necessariamente a mais eficiente. Segundo tipo de problema com a metodologia o uso do CAPM de maneira empírica. Vamos começar acrescentar o prêmio por risco e fatores de risco que não são nem defendidos pela teoria nem pelas evidências existentes. Vou dar o exemplo, o risco das reguladoras na empresa regulada supostamente têm influência sobre o risco da suas ações, mais se a ação é negociada em bolsa isto já basta para levar em conta pelo expresso da ação. E finalmente, viram como o terceiro tipo de problema, a insistência em usar dados do mercado americano quando a ação da empresa é negociada na Bovespa e, que ela faz parte da carteira teórica e do índice Bovespa. Qual o critério para a inclusão destas ações? Finalmente concluindo, embora a teoria de finanças adotada como ponto de partida é apropriada e a sua adaptação tendo efeito, por causa do acréscimo indevido em justificar os prêmios aos fatores de risco, era usar os valores correntes dos dados fundamentais. As estimativas ficam engessadas com índices de médias históricas. E finalmente se perde a oportunidade de usar dados do mercado brasileiro de capitais e como não houve nenhuma evidência apresentada no mercado brasileiro de capitais onde as ações são negociadas, podiam ser jogados fora. Portanto, concluindo, os dados que são usados não são os mais apropriados e os que são usados não são usados adequadamente. Obrigado. (Aplausos)

- Chamamos o próximo expositor Sr. Alessandro Lima Castro. (fim lado B – fita 2 )

**ALESSANDRO LIMA CASTRO:** Eu vou estar fazendo alguns comentários sobre a metodologia empregada no processo de revisão tarifária das concessionárias de distribuição de gás canalizado. Antes de iniciar a apresentação propriamente dita, eu gostaria de destacar as principais diretrizes definidas pela CSPE que consideramos importantes para os pontos que serão levantados mais adiante. Como principais diretrizes a CSPE deve agir de maneira a permitir acesso não discriminatório à rede de distribuição de gás. Segundo, proteger os consumidores no que diz respeito aos preços praticados, continuidade e qualidade do fornecimento de gás natural. O terceiro, aplicação de metodologia que propicie a modicidade tarifária. E por último, assegurar à sociedade amplo acesso às informações sobre a prestação de serviço, a situação do

serviço de distribuição de gás e a determinação das tarifas. E acreditamos que as diretrizes estão sendo seguidas e, dado que estamos em um processo regulatório da metodologia de revisão tarifária. A CSPE tem utilizado uma de suas diretrizes básicas que é a abertura de todas as informações ao público e às empresas, aos consumidores e à sociedade em geral. Com relação à proposta, em nossa análise consideramos adequado para o processo de revisão tarifária de uma empresa que distribui gás em um ambiente regulado. A gente não pode esquecer disso, estamos em um ambiente regulado. Segundo, a gente não pode deixar de mencionar que a demarcação dessa metodologia é um ponto-chave. Já foi dito anteriormente que apesar de já ter sido discutido há alguns anos o processo de revisão tarifária no setor elétrico, ainda existem pontos pendentes que não foram solucionados e que não foram de alguma forma sedimentados até mesmo para que investidores futuros possam analisar o investimento com regras claras. Acreditamos que o processo de implementação da metodologia é um processo chave para o sucesso da revisão tarifária. Pequenos ajustes que nós consideramos que sejam necessários e que vamos estar apresentando mais à frente. Antes de apontar um dos pequenos ajustes que nós consideramos necessários, considera importante a definição do regime tarifário pelo qual o setor de gás e no Brasil vive. É o regime tarifário definido pelo preço-teto, ou definida uma margem máxima para o serviço de distribuição através da definição de custos operacionais adequados e uma justa remuneração do capital próprio. A gente não pode esquecer que, em um ambiente regulado por preço-teto a remuneração da concessionária não está garantida, ela depende de uma gestão eficiente dos custos gerenciáveis, ou seja, a concessionária tem a possibilidade de auferir a remuneração do capital a partir de uma gestão eficiente das diretrizes da CSPE de eficiência. Em relação à metodologia, faço alguns comentários. Os requisitos para processo de revisão tarifária das distribuidoras de gás pela CSPE, é a definição do preenchimento de um plano de negócios. A meu ver este é um ponto chave da metodologia em si, desenvolvida pela CSPE. Acreditamos que ao invés da CSPE trabalhar como uma auditoria própria em relação a esses dados fornecidos, que a nosso ver são uma quantidade razoável de dados, acreditamos que seja interessante e importante que a CSPE defina ou contrate auditorias independentes para a validação e análise dos dados propostos pelas distribuidoras e no seu plano de negócios . Acredito

que este processo de aquisição de informações, diretriz da CSPE de acesso, que este processo de aquisição de dados se torne público para o acesso de toda a sociedade, ou seja, que todos tenhamos acesso às informações colocadas no plano de negócios. Em relação a equação do fluxo de caixa, ou seja, determinação do  $P_0$ , apesar de ser uma condição base para aplicação do fluxo de caixa descontado, eu não verifiquei a preocupação da CSPE em manter todos fluxo de entrada e saída na mesma base. Gostaria de solicitar que todos os indicadores macroeconômicos possam ser explicitados ao final do processo de revisão tarifária. Quanto à estrutura tarifária, achamos importante que a CSPE defina junto com os distribuidores e consumidores tarifas mais econômicas para uso do gás em horários diferenciados, por exemplo, madrugadas e finais de semana são períodos diferenciados, por exemplo, inverno e verão. Não está aqui uma sugestão de se colocar no processo, mais uma sugestão de estudo e da análise da CSPE junto com as empresas distribuidoras e com os consumidores de gás natural no Estado de São Paulo. (aplausos)

- Próximo expositor Sr. Luiz Pedro Biazoto, da Abrace.

**LUIZ PEDRO:** Boa tarde Dr. Zevi. Só lembrando que tenho dois tempos, cedido pela Nadir Figueiredo. Estou representando a associação dos grandes consumidores industriais de energia de que no fim é quem paga tudo. No final, o dinheiro acaba saindo do bolso dos consumidores. Com relação a metodologia apresentada, a Abrace considera que é uma metodologia bastante coerente e adequada mas que não está ainda 100% pronta, necessita de alguns cuidados e ajustes. E é exatamente na hora da implantação e na hora de colocar números que mora o diabo. E, com base nas diretrizes da CSPE, algumas delas quer proteger o consumidor de metodologias que propicie uma modicidade tarifária e assegurar a devida transparência, é que a Abrace faz alguns comentários de ajustes que são colocados. Com relação aos custos operacionais e de remuneração, nós consideramos que existe uma grande assimetria no nível de informação entre quem fornece e quem regula. Existe uma assimetria muito grande. Isso se torna muito difícil nessa negociação, nesse trabalho entre os dois. Há casos em que ele é adequado e há casos em que ele não é adequado. O Estado de São Paulo e a CSPE

é um benchmark para todos outros Estados. O universo de maneira nenhuma nós podemos considerar. Então, quando nós consideramos um benchmark para reajustar e para fazer uma revisão tarifária da Comgás, fica difícil fazer um benchmark.. Além do mais, o mercado brasileiro ainda não está bem desenvolvido. Fazer um benchmark com empresas estrangeiras onde já existe um mercado bem desenvolvido, também consideramos que pode não ser justo até para a concessionária. Recomendamos que o plano de negócios deva trazer informações em função daquela definição da CSPE de transparência que os dados sejam tornados públicos para que se possa analisar a recomendação da Abrace é que a CSPE contrate uma consultoria para analisar esses dados e realmente validá-los. Com relação ao investimento que tem que ser remunerado, uma empresa que ao adquirir uma concessão paga dez vezes o valor mínimo colocado e depois pleiteia que o valor seja incluído em uma revisão tarifária. É brincadeira, se ele pagou dez vezes o valor que estava colocado em leilão é porque o negócio era super excelente para ele. Por que pedirá agora que esse valor seja incluído na revisão tarifária? Não vejo muito sentido nisso. A relação do fator x, não vamos sugerir nenhum indicador porque não somos especialistas no ramo, tem indicadores que a sociedade e que a indústria possa acompanhar e verificar como isso está andando. Numa outra parte onde fala de serviços taxados, deve ser taxado para um único consumidor e que deve ser compartilhado. Parece que nesta área os serviços taxados talvez tenham que ter um pouco mais clareza. Nem na determinação das margens, se tome os valores na mesma base, e outros processos já vimos que houveram diferenças de base. Com relação à atualização do plano de negócios e dos mercados efetivos, será que o fator K que vai ser aplicado somente no quarto ano é suficientemente flexível, adequado para adaptar, corrigir essas imagens? É impossível hoje no nosso país você planejar cinco anos. Mercado industrial de gás natural em SP é da ordem de 76% da na agenda da Comgás. A Abrace representa um dos grandes consumidores, que além disso representa mais de 40% do gás natural brasileiro. No processo, deve ser colocada a participação do consumidor mais efetivamente dentro do processo. Com relação à estrutura tarifária, é importante a inclusão de novos segmentos de consumo. Um deles, por exemplo, o gás petroquímico ou gás matéria-prima deu um incentivo à atualização não há perda, é um insumo energético como matéria-prima. Existe uma carência e uma necessidade de

investimentos. E hoje, a Petrobrás arca com um grande prejuízo no sistema de transporte e que se fossem flexibilizados com matérias-primas poderiam esperar por uma alavancagem. A indústria é o grande pólo para aumentar este consumo. Com relação à inclusão de novos consumos, existe a possibilidade da viabilidade de colocação de novas condições de atendimento. Tarifas diferenciadas, sazonalidade, etc. Com relação ao grupo A e B. No grupo A são grandes consumidores e grupo de baixa tensão, isto é, na energia. Aqui na proposta da CSPE o grupo B seriam os grandes consumidores e os baixos consumidores. Mude só para manter e para ficar mais fácil memorização. E isso não é uma crítica, é apenas uma sugestão. E como última colocação, o encargo do volume elétrico seja separado em duas parcelas distintas para que o consumidor possa identificar o que é o preço de aquisição do gás no sitigate e as outras parcelas. Pelo que nós entendemos, no momento da colocação o custo de aquisição do gás deve ser pago dentro do encargo do volume ético e aí mascararia a visão de eficiência da concessionária. Se nós tivermos os dois valores separados nós vamos ter a visão e a transparência do processo. Muito obrigado. (aplausos)

- Próximo expositor Sr. Arnaldo Wald, da Wald Associados Advogados.

**ARNOLDO WALD:** Quero inicialmente louvar o aspecto democrático e participativo na revisão se inicia. E que era considerada de maior importância às declarações do comissário geral feitas, mas também na Fiesp e na Gazeta Mercantil, com relação aos contratos para ocupação é manter o equilíbrio econômico e financeiro. Pareceu-me importante é que será considerado não apenas o investimento passado, mas também será feita no futuro. O passado existe e este passado e garante equilíbrio econômico-financeiro. Equilíbrio significa a manutenção da mesma relação entre investimento e tarifa que deve perdurar durante toda a relação contratual, não podendo ser modificados, mas apenas ratificado, atualizar diante de novos elementos. Neste momento, na realidade estamos partindo de novos momentos que existiam e a nota técnica número um se refere à base da remuneração dizendo que será composta pelos ativos necessários para a prestação dos serviços. É uma expressão que não pode ser esquecida no momento de uma discussão como a nossa. As condições efetivas da proposta são aquelas

apresentadas a pregar o definido pelo próprio poder público estadual e no momento do leilão que correspondia ao valor que comanda o negócio reconhecido pela concedente, quem é intangível. O valor que é na realidade o valor mínimo, ninguém está pedindo mais do que o valor mínimo. Não se perde o valor de uma aposta política econômica que se farão a mais e o valor econômico definido por uma autoridade respeitável em relação à qual não suscita uma dúvida. E na realidade já entendeu o supremo tribunal federal com o pagamento pela empresa no momento da privatização, se identifica o valor dos serviços concedidos e assim deve ser reconhecido como investimentos da concessionária na concessão. Esta versão da Comgás, por exemplo, atuou o valor econômico do negócio decorrente da rentabilidade dos ativos devolvidos abrangendo o seu fluxo de caixa e não os valores de custo dos bens e equipamentos da sua propriedade na época. Esse valor econômico mínimo, que foi fixado pelo poder público, considerou uma companhia em operação e não uma companhia estática e que não se tratava de liquidação mas sim, de uma criação de uma nova riqueza de uma parceria entre o poder público e a iniciativa privada. O fluxo de caixa descontado repreendeu então, o valor mínimo estabelecido como condição para a participação de interessados nos termos do item 2.2.2 do edital, que estabeleceu que seriam desclassificadas as propostas que contém lances inferiores ao preço mínimo do leilão. O que é absolutamente indiscutível. Em verdade, poderia ser ilegítimo discutir do ponto de vista acadêmico e de acordo com a lei, não deveria ser reconhecido o valor da oferta, mas não é o que se discute neste momento. O que se discute é na realidade um investimento reconhecido como necessário e imprescindível pelo poder público para que a aquisição deva ser feita e para que pudesse funcionar para o sistema. Não se reivindica remuneração de ágio, mas apenas a manutenção das condições efetivas propostas que foi fixada pelo poder executivo e pelo poder público estadual, em relação a qual nenhuma dúvida pode ser suscitada. Por outro lado, como regra da licitação na pergunta 98, destinado a esclarecer as regras em que se afirmam que a eventual diferença entre a base administrativa e o valor econômico mínimo não prejudicaria, em termos reais, a margem máxima da concessionária. A resposta a esta pergunta foi sim, ou seja, não ocorrerá no segundo ciclo ou nos círculos posteriores qualquer redução em termos reais da margem máxima em virtude da diferença entre o volume dos ativos da Comgás e o

valor econômico mínimo. É um marco que na realidade desintegra no edital e que funciona como elemento vinculatório para as partes não podendo ser afastado a posteriori sobre pena de uma modificação completa de um contrato, que está sendo mantido, embora revisto. A resposta afirmativa que foi então feita, esclarece a regra que estava prevista tanto no edital quanto no contrato e tem um caráter vinculante, obrigando todo o poder público a reconhecer a legitimidade deste valor mínimo como parâmetro a ser considerado para a definição da margem máxima que não pode ser modificada ao critério exclusivo, mediante o poder arbitrário do que a deflação não tem. O valor que a economia apresentava portanto, na época do leilão, a avaliação correta do negócio correspondendo a um fluxo de caixa. Ocorre contudo, a revisão tarifária deve considerar também o que se agrega à avaliação de ativos desde o início da execução do contrato para venda a valor presente. Para resumir em uma palavra, a legítima base remuneratória que deve ser reconhecida para fins de revisão tarifária, deve consistir no valor econômico mínimo inicial somado aos investimentos e ativos posteriores à privatização, considerada depreciação e a correção monetária. É o que determina a constituição, a lei e a ética da confiança da concessionária que teve no poder concedente e alienante e que se integra à própria pessoa do poder concedente. A revisão no caso, não é a criação de um novo contrato do ponto de vista jurídico, é a manutenção do contrato inicial econômico-financeiro então estabelecidas, embora com adaptação à nova circunstância sem que haja modificação da estrutura do equilíbrio. Assim, a proposta que apresentamos será o valor do negócio fixado no momento da privatização da Comgás e os ajustes decorrentes de variações patrimoniais posteriores e das respectivas depreciações dos seus ativos é revertida sem o valor real da empresa para garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato garantido no momento do leilão. Essa garantia traduz por fim o efetivo cumprimento do contrato de concessão e de acordo com as normas legais vigentes na constituição e na lei, qualificando a legitimidade, a lealdade e a boa fé que regem as contratações e da administração pública no estado de direito em que vivemos e especialmente quando encontramos como no caso o ex-controlador que é hoje o poder concedente. Muito obrigado (aplausos)

- Chamamos o próximo expositor Sr. Armando Martins Laudorio, da Abegás.

**ARMANDO MARTINS:** Boa tarde Sr. Zevi, comissário geral da agência de São Paulo e até pouco tempo presidente da associação brasileira das agências reguladoras de todos os Estados do Brasil. Mas estamos aqui em nome da associação de todas as distribuidoras de gás para fazer uma análise rápida e um breve histórico da perspectiva sobre o ponto de vista macro das distribuidoras e para ver o enfoque empresarial e como estas empresas estão se comportando na administração de suas concessões. Nos anos 80 houve no Brasil uma reflexão sobre a distribuição de gás, através da constituição de 88 se fixou que caberia aos Estados a distribuição de gás canalizado. Nos anos 90 houve uma reestruturação, na constituição de 88, destas empresas estaduais e nesta primeira década do ano 2000 temos definitivamente o formato que o gás vai estar inserido na matriz energética nacional e a revisão tarifária será um balizador muito importante para esta retórica que a gente vem avaliando e analisando ao longo levar tempo. A ABEGÁS congrega hoje todas as companhias de gás do Brasil. Em cada Estado notamos uma distribuidora de gás. Com exceção de São Paulo que temos três: Gás Brasileiro, Comgás e Gás Natural e no Rio de Janeiro nós temos a CEG Rio. Nos demais estados cada um deles tem a sua distribuidora e cada uma delas foi montada na década de 90 e ainda hoje nós temos algumas empresas sendo criadas. (fim do lado A – fita 3) No Brasil, com dados de julho de 2003, conforme o nosso mapa, temos o Rio de Janeiro e São Paulo que representam perto de 99% dos consumidores atendidos no Brasil. A concentração de atendimento hoje está em São Paulo e no Rio de Janeiro. Os demais Estados ainda estão muito incipientes, se compararmos com o mercado do GLP que atende a 40 milhões de consumidores e alguns dos concorrentes do gás natural. As vendas entre São Paulo e Rio de Janeiro representam cerca de 60% das vendas do Brasil. E por que eu estou separando São Paulo e Rio de Janeiro? Por que São Paulo e Rio de Janeiro através de suas empresas: Comgás, Gás Brasileiro e Gás Natural são a São Paulo Sul, e no Rio de Janeiro a Ceg, são os dois Estados que estão com revisão tarifária. O que se estiver em termos de revisão tarifária em São Paulo e no Rio de Janeiro nestes anos de 2000 e 2004 servirá de balizamento para os demais Estados. Nós podemos estar zelando para um mercado que definitivamente cresce e ao mercado que vai permanecer estabilizado na forma como está hoje. Os indicadores, apesar de ser um

mercado incipiente, o mercado fez algumas revoluções. Os postos de abastecimento em São Paulo são 180 e no Rio de Janeiro são o total de 380. Você tem um número de empregos de 4600 em São Paulo, 2700 no Rio, sendo o total de 7500. E o volume comercializado aumentou em torno de 13.400.000 m<sup>3</sup> de gás nestes últimos cinco anos. Nos últimos cinco anos foram reservados investimentos em São Paulo e no Rio de Janeiro na ordem de 1400 milhões de reais estava prevendo para o próximo quinquênio em torno de 3 bilhões de reais. O crescimento de redes entre São Paulo e Rio de Janeiro é de 1900 km de rede realizadas e ainda está se prevenindo os 5500 quilômetros de rede. Isto representa nos último cinco anos à distância equivalente do Gasbol no território nacional. E nos próximos cinco anos está se prevendo um investimento em redes capilarizadas.. O número de municípios atendidos passando de 20 para 68 entre SP e RJ e de 68 para 135 nos próximos cinco anos. Para realizar estes investimentos as empresas chegaram a um nível de endividamento que no caso do Rio de Janeiro, e eu posso dizer isso porque faço parte do corpo diretivo das empresas do Rio, passaram de um percentual de 15% para um percentual em torno de 55 a 60%. E os patamares são iguais no Estado de São Paulo. Portanto, a mensagem que eu destaco é que qualquer que seja a metodologia que vai ser discutida em todas essas áreas, qualquer que seja essa aplicação, para São Paulo e para o Rio de Janeiro, elas deverão manter um forte vetor direcionado à expansão. Portanto, é importante que se tenha em mente alguma coisa que se esteja direcionada ou mencionada como todos esses parâmetros que nós vemos. Muito obrigado. (Aplausos)

- já vamos para a exposição o Sr. Ernesto Moreira Guedes Filho, da Tendências Consultoria.

**ERNESTO MOREIRA:** Boa parte a todos. O objetivo desta exposição é basicamente discutir um dos aspectos deste processo de revisão tarifária, que é a base de remuneração regulatória. Do trabalho que nós fizemos na Tendências, parte das análises econômicas da regulação, buscando delimitar os critérios de definição desta data de regulação. O objetivo básico é garantir a adequada da prestação de serviços, a preservação dos interesses do consumidor no presente e no futuro e a remuneração do

negócio para os investidores. O trabalho está disponível no site da CSPE. Eu vou procurar ser bastante breve nesta apresentação. O objetivo básico da regulação é gerar investimentos adequados para atender a demanda dos serviços em termos de qualidade e quantidade. No caso da Gás Natural São Paulo, o objetivo de gerar investimentos é prioritário já que é um mercado em desenvolvimento. Outro objetivo da regulação é a eficiência produtiva e a distribuição do excedente gerado entre consumidores e produtores que seja considerado justo pela sociedade. Na verdade o objetivo da regulação é produzir um mercado em que existe competição perfeita, uma situação similar a que nós teríamos caso fosse o mercado de competição perfeita. O que é a base de remuneração regulatória? Eu tenho para remunerar o capital, os custos de capital da empresa, dois parâmetros básicos: o que já foi discutido pelos senhores que a taxa de remuneração deste capital e o outro é qual o montante a ser remunerado. Podemos acrescentar que a base da remuneração regulatória é um dos aspectos mais controversos que existe. Nós vamos ver agora as seis alternativas distintas normalmente discutidas. A primeira é considerar o montante de capitais próprios e terceiros que a empresa possui e que está devidamente anotado em seus demonstrativos. É o critério bastante primário e que apresenta alguns problemas técnicos e basicamente posso incluir na base de remodelação dos ativos não relacionados à atuação da empresa, uma solução e não a pregar o conjunto de ativos da empresa, mas ver quais são os investimentos prudentes utilizados em sua atividade operacional. No caso da Comgás houve uma privatização e foi pago ágio e se fosse remunerado pelo fidejussor da empresa eu teria um incentivo, já que a própria remuneração assegura isso. O seu critério e o valor de negociação, é tratar de alguns países em que as ações da empresa são bastante pulverizadas e negociadas em bolsa de valores. Há um problema de inconsistência também. Na verdade, como o valor das ações depende da remuneração que o capital terá se houver uma expectativa de outros, este valor será alterado. E no Brasil a negociação em bolsa é ainda relativamente pequena eu tenho uma empresa controlada por poucos acionistas. Em função do valor de negociação não pensamos em duas alternativas efetivas, que no caso da Comgás, foi o valor que ela foi negociada. Seja o preço que efetivamente foi pago no leilão e um preço mínimo de venda. O preço mínimo pago no leilão parece ser uma alternativa mais adequada. Em trabalhos da ANEEL feito na revisão tarifária, tenho duas críticas. A

variação poderia ter sido feita por critérios de objetivos distintos dos objetivos do regulador e refletiria valores conjunturais na época da privatização. Eu tenho duas críticas a esta crítica. Primeiro, o preço mínimo tem que ter uma relação com o retorno da empresa, se não ele não seria sancionado no leilão da empresa. Em segundo lugar, ele foi feito por empresa independente. O regulador autônomo, faz parte do mesmo citado que promoveu a privatização e no caso da CSPE a privatização participa do processo de desestatização. A crítica que dependeria de fatores políticos vai contra a própria regulação. Ela tem independente de uma conjuntura política. valor histórico dos ativos operacionais: tenho um problema bastante grave que basicamente é de natureza operacional. Avaliar valores históricos no Brasil em um processo que passou por inflações elevada é bastante complicado. Tem algumas coisas que não são transacionadas das no mercado. O valor de reposição dos ativos: implica em dois problemas. Eu estaria incentivando basicamente em investimentos que dependeria de ativos com mudanças tecnológicas que poderia mudar de valor. Conclusões: estas seis alternativas aquela que me parece mais razoável é a utilização do valor mínimo de venda no leilão. Desconsiderar o preço mínimo seria incidir em um risco regulatório bastante grande que deixaram o regulado revendo o regulador pelo que já realizou seus investimentos e não teria como remunerar-lo. Como já lembrado, a remuneração do investimento é bastante importante porque o investimento é muito importante para o desenvolvimento do gás natural no Brasil. Obrigado (aplausos)

- Chamamos a expositora Fernanda Chamma, da Ulhôa Canto, Rezende e Guerra Advogados.

**FERNANDA CHAMMA:** representantes da mesa e o comissário geral, senhoras e senhores boa tarde. Eu estou aqui para falar de um assunto de interesse da Gás Natural e da Gás Brasileiro, que é reconhecer o valor pago pela concessão na base de ativos regulatórios para efeito da revisão tarifária. Como os senhores sabem, os contratos de distribuição do gás canalizado prevêm a cada cinco anos uma revisão de tarifa deva ser feita para alterar o nível de estrutura das tarifas. Nos termos do contrato de concessão as tarifas-teto vão ser reguladas por uma metodologia de margem máxima o que visa

cobrir tanto os custos da concessionária como também garantir uma rentabilidade razoável para os investimentos feitos pelas concessionárias. A metodologia que foi apresentada pela CSPE é através da nota técnica número 1. Ela inclui que para a definição do  $P_0$ , que é a margem máxima inicial, vai ser levado em consideração a base de ativos da concessionária que deve ser preparada pela concessionária nos termos do plano de contas e que vai levar em conta os ativos relacionados à prestação de serviço. Pela legislação contábil e fiscal, a concessão é considerada um ativo intangível e deve ser escriturada no ativo imobilizado da empresa e pelo custo de aquisição, ou seja, pelo valor integral da aquilo que foi pago pela concessão. O plano de contas do serviço público de gás canalizado foi feito nos termos da legislação contábil e fiscal. Como a concessão é uma condição para a prestação de serviços, não teria como a gente inserir uma concessão na base regulatória, porque sem a concessão não há o que se falar em prestação de serviço. Por estes fatos e pela questão da classificação contábil fiscal da concessão e pelo fato da concessão ser condição para a prestação de serviços, o valor pago pela concessionária na área deve integrar a base de ativos concessionários na área de revisão tarifária para que a concessionária possa ter uma rentabilidade razoável e apropriada aos seus investimentos nos termos do contrato de concessão. O parecer sustenta todos estes argumentos e está anexo na manifestação conjunta da Gás Natural e da Gás Brasileiro entregue aos senhores. Muito obrigado (aplausos)

- Próximo palestrante Sr. José Luiz da França Penna, presidente do Partido Verde.

**JOSÉ LUIZ:** Boa tarde a todos. Estou muito impressionado com a qualidade das intervenções e podem nos considerar o braço político na sociedade pela luta na ampliação do uso do gás natural como combustível. Gostaria de saudar o meu colega da Assembléia Legislativa de São Paulo, o deputado o Gilba Massom.. O gás natural como energético de transição de uma matriz para matriz mais limpa nas próximas décadas, a energia do futuro será baseada na energia eólica e solar e outras tecnologias que estão sendo desenvolvidas. Em um futuro mais distante, os combustíveis fósseis não terão a importância de hoje e portanto, o gás é uma opção de transição. Haveria não apenas um problema de transmissão, haveria o problema de amenizar a dura carga de poluentes que

nós temos principalmente nos nossos grandes centros urbanos. O gás natural permite a descentralização da geração de energia no próprio consumidor, contra outras fontes que tem necessidade de grandes centros de energia e sistemas de produção. As políticas públicas devem reduzir a mudança de comportamento da sociedade. Nós agora, através da nossa liderança na Câmara federal o deputado Sarney filho, conseguimos fazer uma revisão da TEC incluído o dispositivo baseado nos poluidores- pagadores para estimular o uso de energias menos poluentes. Os investimentos na distribuição do gás natural dão as condições para que haja a universalização do uso do gás. O transporte público do passageiro não pode estar mais apoiado somente no diesel e no gás natural. Eu fiquei impressionado com a quantidade trabalhos já acumulados e algumas informações tão importantes aqui. Eu acho que esta descoberta da jazida em Santos vem coroar o trabalho de todos vocês e também a nossa vontade política de mudar a matriz energética do Brasil. Por último, eu acho que todas as de iniciativas são possíveis para se mudar o hábito da sociedade, fazendo ver à necessidade da mudança desta matriz energética. Em São Paulo seria absolutamente necessária uma discussão sobre o chuveiro elétrico, por exemplo. Eu acho que temos que começar a trabalhar de forma sistemática. Por último, quero voltar a colocar o PV à disposição da luta de vocês pois a luta também é nossa, de transformar o partido na voz da sociedade. Muito obrigado (aplausos)

- Próximo expositor Paulo Roberto dos Santos, prefeito de São Sebastião.

**PAULO ROBERTO:** A minha intervenção é rápida. Diz respeito a uma falta de visão que dos padrões técnicos que foram tratados até agora.. As novas descobertas do gás da bacia de Santos foram investimentos consideráveis, tanto no mar quanto para atividades de suporte nos portos.. E como associação que detém portos e terminais que operam petróleo e gás estão muito atentas para os termos desses benefícios. Estivemos recentemente em Quari, no Amazonas, a 1000 Km de distância de Manaus, hoje o terminal de Solimões recebe gás à distância de 300 Km e percorrem uma distância até o mar para distribuir este gás. Uma outra ação importante que deverá ocorrer em paralelo a está, está relacionada aos investimentos necessários para que chegue aos consumidores. Este investimento tem que ser atrativo e seguro para que eles possam ser

efetivamente realizados. O que nós queremos tratar desta questão da descoberta é que a soma da discussão das tarifas para os próximos cinco anos levem em consideração, com muita ênfase, a esta descoberta extraordinária. A energética que acabou não se realizando como se esperava com o gás da Bolívia, próximo ao maior mercado consumidor da América Latina e a custos reduzidos na medida em que toda esta estrutura já está iniciada não só com o gasoduto Brasil-Bolívia, é com Campos que passa por todo o vale do Paraíba e que impede uma falta de regulamentação e de segurança. Estas regras de remuneração além de atingir os padrões de qualidade, elas evidentemente devem ser justas para os consumidores também que são os destinatários finais. Não só os atuais grandes consumidores, que são os consumidores industriais como a forte demanda que com essas reservas que foram descobertas haverá grande demanda do consumo residencial. Enfim, o que nós desejamos é que exista para a riqueza de todos se tornando um bem que venha melhorar a qualidade da população. Muito obrigada (aplausos)

- Sr. José Eduardo Frascá Poyares Jardim.

**JOSÉ EDUARDO:** Boa tarde a todos, 20 expositores que me antecederam já disseram sobre os tópicos que eu gostaria de dizer aqui. De qualquer maneira, a associação de infra-estrutura da indústria de base não podia deixar de estar presente em um momento tão importante e em uma audiência tão concorrida para o nosso Brasil. A primeira consideração, é que nós podemos a tímida participação do gás na matriz energética brasileira. Nós estamos com 4% enquanto os nossos vizinhos do Mercosul , a Argentina com 45% e o Chile com 16% e com isso eu quero enfatizar o grande espaço que hoje nós temos para ser ocupado pelo gás natural. O segundo. Ainda dentro desse tema e voltando novamente para essa extraordinária descoberta no litoral de São Paulo na bacia de Santos que, estamos apenas a 140 km de distância da costa de um mercado com potencial enorme e obviamente considerando que isto não vai acontecer nos próximos dois e três anos, normalmente existe o tempo necessário para que estas facilidades sejam construídas para que esse gás chegue efetivamente São Paulo. Os primeiros efeitos já se fazem sentir, nós já aumentamos as nossas reservas. Nós já estamos em condições de

discutir com a Bolívia o preço do gás boliviano e assim por diante. Efetivamente é importante registrar que o seu momento estratégico é importante para que realmente a gente faça conhecer a participação do gás natural na matriz energética brasileira. Nós temos o que o gás pode oferecer para o Brasil os efeitos positivos na balança comercial, maiores exportações de líquidos, maiores importações de gás. Deve-se fixar dois pontos importantes que verão aqui o alongamento e vida útil das reserva dos energéticos no Brasil. Destes 200 bilhões de m<sup>3</sup>, 100 bilhões são da bacia de Campos e são de gás associado, ou seja, gás produzido junto com o petróleo. Enquanto que os 400 novos bilhões descobertos na sua grande maioria são de gás associado, ou seja, gás livre. Isso para quem trabalha na área sabe que a diferença é muito grande e muito importante. Isso vai nos permitir uma redução do preço do gás natural e que o nosso querido e necessário projeto de térmicas decole. ( fim do lado B – 3ª fita)

- Chamamos o expositor Sr. Adriano Pires, do Centro Brasileiro de Infra-Estrutura.

**ADRIANO:** Eu vou abordar alguns pontos que não foram colocados na questão macro do gás. Em primeiro lugar, eu gostaria de elogiar este evento que a CSPE organizou, porque são eventos como este que resgata o conceito de agência reguladora. A gente passou neste início de ano uma série de críticas à existência, ao papel da agência reguladora, e que vemos agora que estas críticas estão sendo re-avaliadas. São eventos como este que mostram que as agências vieram para ficar e são importantes no desenvolvimento de toda infra-estrutura no Brasil daqui para frente. O primeiro ponto que eu quero abordar é chamar a atenção que a regulação a nível federal anda muito confusa, está gerando incerteza, está deliberadamente fortalecendo o poder de mercado da Petrobrás e está deixando um pouco de lado os agentes privados. Senão se equacionar este quadro regulatório federal, muito provavelmente todo esse desejo de mudar a matriz energética brasileira, superar finalmente os 3% e atingir os 12%, não vai acontecer e provavelmente o gás de Santos se torne um problema semelhante ao que é o gás da Bolívia hoje. Eu chamaria a atenção de vocês, que o gasoduto Brasil-Bolívia tem capacidade de transportar 30 milhões de m<sup>3</sup> e só transporta 14 milhões de m<sup>3</sup>. A festa da descoberta da baía de Santos pode virar uma grande ressaca. Eu quero chamar a

atenção dos consultores que estão participando desta revisão tarifária para três pontos fundamentais: eu vou discordar do meu amigo Ronaldo da Gás Brasileiro, não existe mercado maduro no Brasil. Os mercados brasileiros não são maduros, infelizmente. A gente precisa criar um mercado maduro para que realmente a gente dê conta da descoberta de Santos e de outras descobertas que viram. Eu queria que o governo entendesse que apesar da grandiosidade da Petrobrás, o Brasil é maior. Partindo de este conceito de que não existem mercados maduros, eu chamaria a atenção para o segundo aspecto, muito cuidado na hora que tratar de fator x e fator K. A gente pode fazer um tratamento inadequado do grupo que não têm mercado maduro e a gente pode contaminar as distribuidoras estaduais, em particular as de São Paulo que estão fazendo nesta revisão, voltar a contaminar com regulações confusas e que afastem o investidor privado desse mercado de gás natural. Cuidado com as comparações internacionais, porque o caso brasileiro é muito particular. A gente tem gás na Bolívia, na Argentina e que pode vir para cá. E volto a dizer, a bacia de Campos é a ponta do iceberg. Eu tenho certeza de que tem muito mais gás no Brasil e gás não associado como este da bacia de Santos. Por fim, eu vou chamar a atenção para o último ponto, que a questão de tarifa. Eu acho que o presidente da Comgás colocou e depois mais ninguém tocou no assunto, não vamos esquecer que a maior parte da tarifa de gás é custo. Ninguém paga tanto imposto no setor elétrico brasileiro, ninguém para tanto imposto no setor de telecomunicação, ninguém paga tanto imposto no futuro de gás no Brasil na distribuição. E para chamar a atenção: 66% é custo. E isto tem uma tarifa de transportes. No caso de São Paulo, dois terços da tarifa é transporte. Se o governo federal entender que tem que rever alguns pontos da regulação e não retroceder, fico muito preocupado com as declarações do Ministério de Minas e Energia da própria Petrobrás, sobre a questão do livre acesso. Para terminar, eu diria o seguinte, a atenção para os 66% que são custo. Muito obrigado. (aplausos)

- Chamamos o Sr. Carlos Frederico Hackerott, do DEINFRA FIESP.

**CARLOS FREDERICO:** Boa tarde senhoras e senhores. Nós da indústria temos a grata satisfação de estar compartilhando deste momento onde se inicia o processo de

revisão. Quero trazer aqui o nosso apoio e o nosso reconhecimento deste processo que se inicia nas mãos da comissão especial e nas mãos do comissário geral, que com muita firmeza e com muita metodologia, mas como já foi dito antes a grande preocupação que nós temos é com a implementação. Nós acreditamos que Estado de São Paulo tem um exemplo a dar pela iniciativa e pela forte estruturação que existe hoje nesta excursão em torno do gás. Nós da indústria na ponta consumidora do gás, temos uma preocupação que estamos enviando a respeito dos 18% da margem da concessionária. Não temos que aproveitar estes momentos em que se discute a inserção do gás natural dentro da matriz energética para questionar os 100% desta pizza que foi mostrada agora pouco. Quando nós vemos que temos 66% de custos e 18% que fez de tributação, eu acho que aí que está o grande espaço para viabilizar a inserção da matriz de gás natural na nossa economia. Já vemos com grande importância não só os aspectos ecológicos do gás, mas principalmente pela necessidade em ganhar competitividade, nós com preocupação vemos a situação do gás. O gás hoje em dia é aproveitado para a co-geração, que seria o aproveitamento nobre do gás dentro da atividade industrial, e está longe de ser um negócio viável. Vemos até questionamentos de que a energia elétrica está barata. Isto parece ser uma piada entre os aumentos que nós recebemos nos últimos anos. Eu acho que todos nós aqui não deveríamos estar preocupados em discutir reajustes tarifários, deveríamos estar preocupados em discutir como inserir com responsabilidades e com patriotismo esta questão do gás. Mas sabemos que muitas coisas extrapolam no ambiente em que este grupo está aqui sentado. A economia de escala não só beneficia concessionárias na questão da revisão tarifária, mas deveria também sensibilizar fortemente todos os agentes que estão à montante deste processo, afinal de contas estamos todos no mesmo barco. Obrigado. (aplausos)

- O próximo expositor é o Sr. Djalma de Oliveira, da Sindgasista.

**DJALMA DE OLIVEIRA:** Eu gostaria de cumprimentar os componentes da mesa e cumprimentar todos aqui presentes. Em primeiro lugar, eu gostaria deixar o nosso protesto quanto ao tempo exíguo da análise da proposta para a metodologia que será analisada há exatos 15 dias. É pouco provável que a participação da sociedade se dê nos

moldes que a abrangência se faz necessária. Se não bastasse isso, a proposta escrita em economês, tornando a Audiência Pública compreensível somente para profissionais que estejam acostumados à fórmulas e conceitos ali grafados, velando assim um dos objetivos mais importantes desta Audiência Pública e qual seja a participação popular. Entendemos ser necessário e que cabe aos técnicos da CSPE comunicar-se com os diversos tipos de público que compõem o universo de consumidores. Nós do sindicato dos gasistas, continuamos a defender a energia como o desenvolvimento industrial e comercial e como público e como serviço público essencial e, portanto, um patrimônio da sociedade tendo como obrigação de metas a universalização do seu uso bem como a modicidade do seu preço. Entendemos ainda, que os investimentos feitos na malha de distribuição tem aumentado consideravelmente e o mais espetacular crescimento deu-se nas tarifas. O m<sup>3</sup> de gás principalmente residencial do pequeno comércio está extremamente caro. Confrontando com os seus objetivos mais nobres, de que se antes da privatização não era acessível por falta de investimento, hoje se torna proibitivo pelo elevado custo mensal. Nós do sindigasistas temos dúvidas de qual dos dois é o pior, portanto, entendemos ser o principal objetivo desta revisão tarifária rever os valores da tarifa residencial e do pequeno comércio, eliminando qualquer tipo de subsídio que por ventura este segmento carregue seus custos e assim propiciando maiores facilidades na universalização do seu uso. O sindigasista enquanto sindicato maior majoritária da categoria gasista, tem também uma outra preocupação em que não esteve explicitado na proposta de revisão tarifária apresentada pela CSPE, estamos falando da figura da empresa de referência utilizada pela ANEEL. E é possível, através de um olhar mais apurado, vislumbrar seu vulto às vezes bem nítido e outras vezes nem tanto. Porém, as impressões digitais de seus criadores já estão e não deixam nenhuma dúvida. O que preocupa a nós trabalhadores não há comparação e nem há concorrência, pois já à isso estamos acostumados. O que nos preocupa, é concorrer com trabalhadores virtuais, com os novos companheiros da distribuidora elétrica. Queremos deixar registrada nossa posição ainda sob o aspecto as revisões tarifárias correlatas, que entendemos ser o contrato coletivo de trabalho entre empresa e sindicato e uma peça jurídica perfeita e como tal, deva ser respeitada como qualquer outro contrato. É incompreensível que benefícios trabalhistas conquistados através de anos de luta entre os trabalhadores, seja

visto pelo órgão regulador como uma liberalidade da empresa. Deva à ciência entrar no também investimento da empresa e seu bem mais caro que é o seu próprio técnico. A grande prova disto, é o alto índice de aprovação que goza a empresa junto aos seus usuários. Índice este medido pela própria CSPE. Finalizando Dr. Zevi, gostaríamos de deixar duas perguntas para o comissário geral. Primeira, irá a CSPE utilizar o parâmetro de comparação para obter o fator x de uma empresa de referência? Porém, para nós ficou uma dúvida, de qual será o parâmetro de comparação que será utilizado pela CSPE e a segunda pergunta, visto não ter sido encontrado por nós em nenhum dos tópicos apresentados pela CSPE uma cláusula específica que trate do custo de mão-de-obra, de que forma a CSPE irá valorar tal custo? Agradeço a atenção de todos. Muito obrigado. (aplausos)

- Chamamos o próximo expositor Sr. Roberto Tavares Ledo, da associação de empregados sindicalizados da Comgás.

**ROBERTO TAVARES:** Senhores e Senhoras, boa tarde. Estou aqui representando a associação dos empregados sindicalizados e aposentados da companhia de gás de São Paulo. É com grata satisfação que revejo vários dos nossos colegas na Audiência Pública prestadores dos diversos serviços na área de gás canalizado. Eu quero cumprimentar a CSPE pela realização da primeira Audiência Pública, tendo com objetivo a apresentação do modelo de revisão tarifária a ser implantado nas empresas de distribuição de gás canalizado e no Estado de São Paulo. Embora a realização seja pioneira pela atividade centenária, passou por modificações significativas do seu controle acionário. Porém, sempre conservou o princípio da prestação de serviço público por concessão. Referindo-me aqui especificamente a companhia de gás de São Paulo. Durante este período, o sistema de produção e distribuição de gás teve grande avanço tecnológico até chegarmos ao advento do gás natural, centenas de trabalhadores dedicaram todos os seus esforços na construção de uma empresa e conseguiram consolidar no mercado a marca Comgás, a qual foi preservada em sua recente privatização. Parte destes trabalhadores tiveram sua aposentadoria incentivada pela empresa para consolidar o seu modelo de gestão, sempre pelo regime geral da

previdência social e por não contarem com remuneração previdenciária complementar obtiveram como incentivo o direito à assistência à saúde, programa patrocinado pela Comgás referendada, conforme exigência do edital de venda do controle acionário do plano nacional de desestatização. Portanto, se faz necessária que a revisão tarifária que se inicia com tempo e sem nenhum questionamento e ou interpretação que fazem parte de conquistas históricas, lutas sindicais que remontam há mais de trinta anos. Tais conquistas, fazem parte de acordos coletivos relativos ao item 4.3 obrigações especiais das concessionárias no edital de venda do controle acionário, com a obrigatoriedade de ser estatutário. Tem também a marca da responsabilidade social, pois a mesma encerra 766 aposentados com as suas respectivas esposas, 142 viúvas, 20 portadoras de necessidades especiais e 150 menores e adolescentes. Portanto, é fundamental que a CSPE através do seu autocomissariado, e desta instância maior que o conselho deliberativo se posiciona de forma firme clara na defesa de tais direitos, não se sensibilizando com empresas de informação, com consultorias que se atenam a virtualidades, não considerando culturas, histórias e conquistas trabalhistas. Mesmo porque, os entraves na política de introdução do gás natural na matriz energética do país não foram suficientes para impedir o crescimento de forma substancial no volume de gás distribuído e nem impeditivo para investimentos, esta política há de ser reordenada e repensada. Face ao exposto a associação dos empregados sindicalizados e aposentados da Comgás, não tem nenhuma dúvida de que a revisão tarifária que ora se inicia, deve contemplar todos os seus direitos. Muito obrigado.(aplausos)

- Chamamos o Sr. Artur Risso Neto, da Associação Desportiva da Comgás.

**ARTUR NETO:** Boa tarde a todos. Na privatização em 1999 os trabalhadores tiveram a preocupação de colocar no PED algumas garantias dos trabalhadores que foram conquistas nesse tempo todo de luta dos trabalhadores. No edital de vendas foram colocadas algumas exigências do poder concedente ao grupo controlador. No capítulo 4 dos direitos e obrigações adquiridos nas ações da Comgás, no item 4.3 a 12ª cláusula diz o seguinte "Cumprimos acordos coletivos de trabalho e os dez aditivos para a Comgás no sindicato representativo de empregados, em especial de itens referentes ao programa

de poder incentivado. No capítulo quinto, no item 5.1 há uma alteração estatutária "Com vistas para adaptar a Comgás à sua nova condição de empresa privada e a cumprir os estabelecidos no edital, o novo controlador deverá tomar providências necessárias à reforma do estatuto social da Comgás no prazo de trinta dias contados da data da celebração do contrato de compra e venda das ações, de modo que o estatuto social da Comgás passa a contar as exposições previstas no 4.3." Portanto, tal mudança independe da vontade da empresa vencedora do leilão de concessão. É uma exigência do poder concedente para distribuição de gás na região leste de São Paulo. A metodologia tarifária portanto, não poderá deixar de contemplar o custo inerente às exigências impostas pelo Estado em sua planilha de custo sob pena de estar incentivando a empresa a não cumprir as suas obrigações legais. Nessa revisão tarifária, como disse o presidente do gás, vai ser usada uma empresa de referência como tudo indica? Obrigado (aplausos)

- Chamamos o próximo expositor Sr. José Manoel Costa Alves da Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal de Santos.

**JOSÉ MANUEL:** Boa tarde a todos. Eu quero transmitir aqui uma preocupação nossa no sentido amplo no termo. Santos está no contexto da primeira região metropolitana do Brasil fora das capitais. São 9 municípios que engloba 70% de todo litoral, vai desde Peruíbe até São Sebastião. Englobando o maior porto da América do Sul, o maior parque industrial da América do Sul e não temos gás. Gastamos uma reserva de 400 milhões de gás e não temos consumo de gás natural. Mas temos aqui exatamente neste sentido, de solicitar de que o potencial que temos, não falo Santos por ser uma sociedade âncora, mas pelo contexto da região, que seja incluído um plano de expansão de gás. E nós queremos, Sr. comissário, que a tarifa contemple no seu contexto investimentos que possam fazer com que o gás seja efetivamente utilizado. Muito obrigado. (aplausos)

- Chamamos o próximo expositor Sr. Carlos Celso do Amaral e Silva, da Faculdade de Saúde Pública da USP.

**CARLOS CELSO:** A importância do gás natural para o meio ambiente e para a saúde pública é algo que deve ser ressaltado, que meio ambiente no entender da academia não é apenas um meio natural, mas meio ambiente também incluiu o meio sócio-econômico e certamente a definição de meio ambiente está na constituição brasileira. Em saúde pública não é apenas a preocupação com a ausência de enfermidades, mas basicamente também a preocupação com a prevenção das enfermidades. Eu vou mostrar algumas tabelas onde chamaria a atenção para alguns poluentes que são os vilões e que tem importância vital na saúde pública dessa grande área metropolitana de São Paulo. Por exemplo, os compostos de enxofre e material particulado. Se abstrair uma partícula em trânsito na atmosfera e ela receba uma película de água, ela pode ser fatalmente absorver enxofre e se transformar em ácido sulfúrico e isso fatalmente chegará ao nosso sangue. O dióxido de enxofre são causadores de grandes impactos sobre a saúde e, sobre a estética. A questão do gás natural, temos as emissões por tipo de combustível. Pode-se verificar que o gás natural é o que têm menor tipo de emissão. Está havendo um incremento de gás natural como combustível em atividade industriais. A utilização do gás natural reduz em 100% a emissão de CO<sub>2</sub>. Reduz 95% a emissão de material particulado e em quase 30% a emissão do dióxido de carbono. Muito obrigado (aplausos) ( fim do lado A – 4ª fita)

Chamamos o próximo expositor Sr. José Jorge Chaguri, da Sindistalação

- **JOSÉ JORGE:** Boa tarde a todos. O Sindinstalação é o sindicato das empresas instaladas fora de São Paulo. Eles agregam o setor de elétrica e hidráulica, telecomunicações e gás. Hoje com 1400 empresas filiadas, 96% são de micro e pequenas empresas. A distribuição do gás natural se tornou uma grande alavanca para o crescimento e a criação de novas empresas e atividades nas áreas de serviço. As poucas empresas de gás foram se preparando e empresas de outros setores que começaram a vir para área do gás. Criaram-se muitas empresas. A introdução de novos padrões tecnológicos obrigou a todos do segmento a se modernizarem e a terem qualificações para os novos padrões de serviço. Uma das preocupações que nós tínhamos era que esse crescimento das empresas de instalações fosse de uma

forma ordenada. Nós não tínhamos no nosso cenário escolas, não tínhamos preparação para o gás. E hoje nós temos uma realidade que é a certificação das empresas prestadoras de gás. Hoje na vida de São Paulo temos 45 empresas já certificadas. O setor precisa de estabilidade e previsibilidade para atender às suas necessidades. Mas precisamos ter um futuro no gás para nós continuarmos investindo e treinando, porque o empresário já anda desconfiado do futuro de alguns setores. A revisão tarifária pode ter uma ameaça ou uma oportunidade. Nós queremos que seja não ameaça e sim uma oportunidade. Os investidores precisam ser remunerados adequadamente. A sociedade está cada vez mais exigente com relação à bolsa serviços, tema que exige capacitação em investimento. Com esta obra de investimento, podemos alcançar níveis de produtividade e redução de custos. Hoje ainda não é possível, porque o nível dos serviços ainda precisa ser melhorado e o mercado ainda está no início. Para decolar o gás, entendemos precisa mudar a cultura de utilização de gás na sociedade e para mudar esta cultura deve ser mudada através da segurança que o consumidor teria em relação à distribuição de gás e à prestação de serviços. Obrigado.(aplausos)

- Chamamos o próximo expositor: sua Excelência, o Prefeito do Município de Leme, Geraldo Macarenko.

**GERALDO MACARENKO:** Talvez um prefeito numa cidade a 170 km de São Paulo que luta para pleitear a instalação do gás natural, seja até uma alternativa da minha parte um pouco corajosa e um pouco audaciosa. Eu soube por intermédio de algumas pessoas de que hoje se realizaria esta Audiência Pública. E de forma nenhuma eu poderia deixar de estar e dizer que os nossos municípios e a nossa região não podem ficar sem essa alternativa do gás natural por todas as razões aqui apresentadas. Eu gostaria de ressaltar que não existe um preço mais caro do gás natural do que a não existência do gás. E tenho certeza absoluta de que se eu fosse um economista ou se eu fosse um grande conhecedor da área técnica do fator k ou do fator x, eu acrescentaria seguramente um outro fator em todas as suas formas que é IM = interesse dos municípios. E tenho certeza absoluta de que esse IM seria um grande fator de reavaliação tarifária, de outros

fatores etc. Eu não poderia deixar de forma nenhuma de apresentar a nossa reivindicação. Eu tenho certeza absoluta de que com o gás natural nós poderemos ser competitivos e não seremos discriminados, quando que outros municípios ao redor de 18 Km tem essa opção e teremos então a plena geração de empregos, a plena geração de renda. Eu agradeço muito convite, e gostaria de entregar uma moção de apelo da nossa Câmara aprovado por unanimidade. Muito obrigado. (aplausos)

- Chamamos a sua excelência o prefeito César Pagan, do município de Amparo.

**CESAR PAGAN:** Boa tarde a todos. Como prefeito de um município interior, eu queria primeiro dizer que o prefeito é um sujeito que fica muito próximo da população, muito próximo dos empresários e sente a necessidade junto com a sua comunidade. Amparo é uma cidade de 62.000 habitantes, estância hidromineral e alguns anos para cá temos trabalhado para conseguir o gás natural. Tivemos duas audiências públicas grandes. Nós estamos na área de concessão da Comgás e queremos muito a vinda do gás natural, porque temos preocupação ambiental e ele traz um benefício ambiental importantíssimo pra gente. Melhora a eficiência das indústrias ali colocadas. A indústria química, metalurgia, tem um grande abatedouro de aves, tem indústria de papel e celulose. O gás natural traz um nome da eficiência para essas empresas. O gás diferente é da energia elétrica, é um energético que é insubstituível. O empresário hoje tem receio com relação à evolução do preço do gás e ele já por si é um fator regulatório. Mas por outro lado, a presença do gás no município é fundamental. A cidade deseja. Isso que até o liceu de artes e ofícios, hoje ligado à fundação Paula Souza, está se preparando para ter um curso técnico de gás, para ter mão-de-obra capacitada para esse energético. É preciso que na hora de se estabelecer à política tarifária para os próximos anos se leve em consideração à necessidade da expansão da redistribuição de gás natural, muito diferente do que acontece com a energia elétrica. A título de exemplo, Amparo tem uma usina hidrelétrica construída em 1896. A história da distribuição de eletricidade do Brasil passa por uma rede interligada que é exemplo para o resto do mundo. Pouquíssimos países têm o que nós temos aqui. Precisamos construir ainda o gás natural como componente da nossa matriz energética que não chega a 5% hoje. Que bom que o

Brasil tem como principal componente da sua matriz energética a hidroeletricidade, que não aumenta a quantidade de carbono na atmosfera e promove a vida útil de Santos. Nós temos uma preocupação ambiental, em segundo lugar a efficientização dos nossos meios de produção e basicamente quando o prefeito fala representa o interesse do município. Vocês não fazem idéia ou até fazem, de como o município espera, ou melhor, como a cidade espera a vinda desta oportunidade. Esta é a nossa expectativa para que durante o processo de estabelecimento de preços públicos do gás se leve em consideração a importância do investimento da expansão da rede. Muito obrigado.(aplausos)

- Nós completamos a lista dos expositores de inscritos e eu vou à dar a oportunidade para até três pessoas da platéia que queiram se manifestar, caso haja interesse. Em respeito a todos do público que está aqui deste às 14h, estamos encerrando as inscrições. Eu queria agradecer a participação de todos e conforme colocado no início da audiência em função do número de contribuições e da qualidade das mesmas e de sua extensão, estaremos na quarta-feira publicando no Diário Oficial, na portaria da CSPE, e estendendo alguns prazos dos processos de revisão tarifária para que se possa haver uma avaliação correta e definir a metodologia em vista, que se poderá de fato levar em conta e responder as observações, perguntas e colocações feitas aqui nesta Audiência Pública. Eu queria em especial agradecer a mesa, as pessoas do comissário Moacir Trindade, do Aderbal Penteado e da Mercedes. Muito obrigado a todos e estamos encerrando esta Audiência Pública .(aplausos)